



Portugal Telecom

Relatório e contas consolidadas

Primeiro trimestre de 2012

Relatório e contas consolidadas

Primeiro trimestre de 2012

01 Análise dos resultados consolidados	4
02 Evolução dos negócios	17
Negócios de Telecomunicações em Portugal	17
Negócios Internacionais	27
Demonstrações financeiras consolidadas	29
Glossário	55

As designações "PT", "Grupo Portugal Telecom", "Grupo PT", "Grupo" e "Empresa" referem-se ao conjunto das empresas que constituem a Portugal Telecom ou a qualquer uma delas, consoante o contexto.

Portugal Telecom

Telecomunicações em Portugal

Segmentos de cliente		Receitas (Milhões de euros)
Residencial		177
Pessoal	> PT Comunicações 100%	169
Empresa	> TMN 100%	226
Outros		108

Telecomunicações no Brasil

Segmentos de cliente		Receitas (Milhões reais, 100%)
Residencial		2.429
Pessoal	> Oi 25,6%	2.106
Empresa		2.111
Outros		155

Outros negócios de telecomunicações

			Receitas (Milhões de euros)
Unitel 25% (a)(b)	> Angola	> Móvel	355
CTM 28% (b)	> Macau	> Fixo, movel	108
MTC 34% (a)	> Namibia	> Móvel	44
CVT 40% (a)	> Cabo Verde	> Fixo, movel	21
Timor Telecom 41%	> Timor Leste	> Fixo, movel	13
CST 51% (a)	> São Tomé e Príncipe	> Fixo, movel	3

(a) Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT. (b) Estas empresas associadas são consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

Outros negócios

Serviços de sistemas e TI [PT Sistemas de Informação 100%]; Inovação, investigação e desenvolvimento [PT Inovação 100%];

Serviços administrativos e de gestão partilhada [PT PRO 100%]; Serviços de negociação [PT Compras 100%];

Call centers e serviços de telemarketing [Contax no Brasil 44,4%, PT Contact 100%]

01

Análise dos resultados consolidados

Resultados consolidados

Demonstração dos resultados consolidados ⁽¹⁾	Milhões de euros		
	1T12	1T11	Δ11/12
Receitas operacionais	1.715,7	871,1	97,0%
Portugal ⁽²⁾	680,4	717,3	(5,2%)
Residencial	176,9	169,1	4,6%
Pessoal	169,3	187,7	(9,8%)
Empresas	226,0	250,5	(9,8%)
Serviços a prestadores, outros e eliminações	108,2	110,0	(1,7%)
Brasil - Oi	788,4	n.a.	n.m.
Outros e eliminações	246,9	153,8	60,5%
Custos operacionais ⁽³⁾	1.144,0	513,7	122,7%
Custos com pessoal	293,3	156,8	87,1%
Custos diretos dos serviços prestados	295,7	124,9	136,9%
Custos comerciais	124,6	72,8	71,3%
Outros custos operacionais	430,4	159,3	170,2%
EBITDA ⁽⁴⁾	571,7	357,4	59,9%
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	14,8	12,0	22,7%
Amortizações	346,7	196,4	76,6%
Resultado operacional ⁽⁵⁾	210,2	149,0	41,0%
Outros custos (receitas)	11,1	7,1	55,9%
Custos com o prog. de redução de efectivos, líquidos	0,9	4,4	(80,7%)
Menos (mais) valias líq. na alienação de imobilizado	0,9	(0,1)	n.s.
Outros custos (ganhos) líquidos	9,4	2,8	233,9%
Resultado antes de resultados fin. e impostos	199,1	141,9	40,3%
Custos (ganhos) financeiros	96,6	(55,6)	n.s.
Juros suportados (obtidos) líquidos	107,6	(17,3)	n.s.
Perdas (ganhos) em empresas associadas	(46,2)	(80,2)	(42,3%)
Outros custos (ganhos) financeiros líquidos	35,2	41,9	(15,9%)
Resultado antes de impostos	102,5	197,5	(48,1%)
Imposto sobre o rendimento	(21,6)	(48,0)	(55,0%)
Resultado antes de interesses não controladores	80,9	149,5	(45,9%)
Prejuízos (lucros) atribuíveis a int. não controladores	(24,4)	(19,8)	23,4%
Resultado líquido consolidado	56,5	129,7	(56,5%)

(1) No seguimento do investimento estratégico na Oi e na Contax em 28 de março de 2011, a PT consolidou proporcionalmente os resultados destas empresas desde 1 de abril de 2011. (2) As operações de telecomunicações em Portugal incluem a rede fixa e a TMN. Esta rubrica inclui o impacto da redução das taxas de terminação móvel (MTR) reguladas. (3) Custos operacionais = despesas com pessoal + custos diretos + custos comerciais + outros custos operacionais. (4) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações. (5) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos.

Receitas operacionais consolidadas

No 1T12, as receitas operacionais consolidadas aumentaram 845 milhões de euros (+97,0% face ao 1T11) para 1.716 milhões de euros, o que compara com 871 milhões de euros no 1T11. Este aumento está relacionado com a consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir de 1 de abril de 2011 e da Dedic / GPTI a partir de 1 de julho de 2011, no seguimento da conclusão da troca da participação da PT neste negócio por uma participação adicional na Contax, que era anteriormente consolidada integralmente. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, no montante de 866 milhões de euros, as receitas operacionais consolidadas teriam diminuído 2,7% face ao 1T11, para 780 milhões de euros no 1T12, em resultado do decréscimo nas receitas dos negócios de

01 Análise dos resultados consolidados

telecomunicações em Portugal (37 milhões de euros) e não obstante o crescimento nas receitas dos outros negócios internacionais (12 milhões de euros), nomeadamente da MTC na Namíbia (6 milhões de euros), da CVT em Cabo Verde (4 milhões de euros) e da Timor Telecom (2 milhões de euros).

No 1T12, as **receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal** diminuíram 5,2% face ao 1T11 (37 milhões de euros), devido ao: (1) decréscimo das receitas no segmento Empresas (25 milhões de euros, -9,8% face ao 1T11), impactadas por pressão ao nível do preço e do consumo, nomeadamente na administração pública, e pela ausência de novos projectos nas empresas de maior dimensão, e (2) decréscimo no segmento Pessoal (18 milhões de euros), em resultado de menores receitas de clientes (12 milhões de euros), que refletem as condições económicas adversas, pressão ao nível do preço e menores receitas de interligação (4 milhões de euros) no seguimento da descida regulada das tarifas. O impacto total direto da regulação nas receitas ascendeu a 7 milhões de euros no 1T12, incluindo a diminuição das MTRs e a redução dos preços de roaming. Excluindo o impacto da regulação, as receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal teriam decrescido 4,2% face ao 1T11. Os efeitos negativos acima referidos foram parcialmente compensados pelo aumento nas receitas do segmento Residencial (+4,6% face ao 1T11), nomeadamente pela evolução favorável das receitas do negócio de TV por subscrição e de banda larga, impulsionadas pelo sólido desempenho e contínuos ganhos de quota de mercado das ofertas double e triple-play do Meo. No 1T12, as receitas não voz em Portugal representaram 49,9% das receitas de serviço, tendo aumentado 3,9pp face ao ano anterior. A transformação do portfólio de produtos e serviços que a PT disponibiliza aos seus clientes e as consequentes alterações no mix de receitas está a tornar o seu desempenho mais resiliente e previsível. As receitas de outros negócios de telecomunicações em Portugal, incluindo as receitas de oferta grossista (wholesale), diminuíram 1,7% face ao 1T11 (2 milhões de euros), uma vez que o aumento do tráfego internacional permitiu uma melhoria das tendências no wholesale, o que compensou a diminuição das receitas de postos públicos e no negócio de listas telefónicas (3 milhões de euros). A PT detém uma posição financeira de 25% no negócio de listas telefónicas, o qual é gerido pela Truvo.

No **segmento Residencial, as receitas operacionais** aumentaram 4,6% face ao 1T11, aumentando de 169 milhões de euros para 177 milhões de euros no 1T12, revelando uma aceleração quando comparando com o 4T11 (+3,9% face ao 4T10). Este desempenho sólido contínuo foi alcançado através do forte desempenho das ofertas triple play do Meo (voz, banda larga e TV por subscrição) e beneficiando do esforço permanente em transformar a oferta do segmento Residencial da PT de um serviço tradicional de telefone fixo numa oferta triple-play, a qual é muito mais diferenciadora e competitiva, assim como mais resiliente a condições económicas desfavoráveis. Em resultado desta estratégia, 86,6% das receitas de retalho do segmento Residencial têm origem em receitas de tarifas fixas (+1,7pp face ao 1T11) e 62,5% das receitas são receitas não voz (+5,4pp face ao 1T11). Os acessos residenciais de retalho ou unidades geradoras de receita de retalho (RGUs) aumentaram 9,6% face ao 1T11, atingindo 3.647 mil, com os acessos de TV por subscrição e banda larga a representarem já 54% do total de acessos residenciais de retalho em 31 de março de 2012. Os clientes de TV por subscrição aumentaram 63 mil para 1.035 mil, um aumento de 26,6% face ao 1T11, enquanto os clientes de banda larga aumentaram 31 mil para 942 mil, um aumento de 13,3% face ao 1T11. As unidades geradoras de receita por cliente único do segmento Residencial foram de 2,0, um aumento de 9,2% face ao 1T11.

No 1T12, as **receitas operacionais do segmento Pessoal** diminuíram 18 milhões de euros (-9,8% face ao 1T11) para 169 milhões de euros, principalmente em resultado de menores receitas de cliente (12 milhões de euros), menores receitas de interligação (4 milhões de euros) e menores vendas de equipamentos (1 milhão de euros). O decréscimo de 8,1% nas receitas de cliente refletiu os efeitos de condições económicas adversas, as quais estão a tornar os clientes ainda mais focados na redução das suas despesas, e refletiu também a diminuição nas receitas de banda larga móvel, uma vez que os clientes estão a optar por planos de menor valor. A diminuição nas receitas de

01 Análise dos resultados consolidados

interligação refletiu principalmente a descida das MTRs. No 1T12, as receitas de dados do segmento Pessoal representaram 32,7% das receitas de serviço (+0,7pp face ao 1T11), em resultado do sólido desempenho dos pacotes de dados "internetnotemóvel", os quais continuaram a apresentar um forte crescimento, sustentado no sucesso comercial dos planos "e nunca mais acaba" e no aumento da penetração de smartphones, o que compensa parcialmente a pressão sobre as receitas de banda larga móvel.

As **receitas operacionais do segmento Empresas** diminuíram 9,8% no 1T12 (25 milhões de euros), de 251 milhões de euros para 226 milhões de euros, penalizadas pela conjuntura económica e os consequentes esforços de corte de custos por parte das empresas e da administração pública e pela agressividade competitiva no negócio móvel. A estratégia da PT continuou a privilegiar as ofertas convergentes e soluções fixo-móvel de voz e dados ilimitados, ofertas integradas e verticais, incluindo software específico de negócios e soluções de preço flexíveis consoante o número de estações de trabalho. Adicionalmente, a PT continuou a fornecer soluções avançadas one-stop-shop de TI/SI focalizadas em BPO e no marketing de soluções de máquina para máquina. Estas ofertas estão alavancadas no investimento da PT em FTTH e em cloud computing, que permitem a oferta de serviços cloud-based, em parceria com fornecedores de software e hardware.

No 1T12, as **receitas da Oi** ascenderam a 788 milhões de euros, equivalente a 1.827 milhões de reais. Os resultados da Oi foram consolidados proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, refletindo a participação direta e indireta de 25,6% que a PT detém na Telemar Participações, acionista controlador da Oi.

As **outras receitas**, incluindo as eliminações intragrupo, aumentaram 60,5% no 1T12 face ao 1T11, para 247 milhões de euros. Este desempenho resultou essencialmente: (1) do impacto da consolidação proporcional da Contax (148 milhões de euros), incluindo a Dedic / GPTI, e (2) dos aumentos de 29,7% e de 16,0% face ao 1T11 nas receitas da CVT e da MTC, respetivamente. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo contributo da Dedic / GPTI no 1T11, a qual foi consolidada integralmente até 30 de junho de 2011 e integrada na Contax a partir de 1 de julho de 2011.

A contribuição dos ativos internacionais, consolidados integral e proporcionalmente, para as receitas operacionais foi de 59,4% no 1T12, enquanto o Brasil representou 54,5% das receitas operacionais consolidadas.

Custos Operacionais Consolidados (excluindo custos com benefícios de reforma e amortizações)

Os **custos operacionais consolidados**, excluindo custos com benefícios de reforma e amortizações, aumentaram 630 milhões de euros (+122,7% face ao 1T11) para 1.144 milhões de euros, em comparação com 514 milhões de euros no 1T11. Este aumento está relacionado essencialmente com o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, uma vez que os resultados destes negócios foram consolidados proporcionalmente desde 1 de abril de 2011, parcialmente compensado pela contribuição da Dedic/GPTI no 1T11, uma vez que este negócio foi consolidado integralmente apenas até 30 de junho de 2011 e subsequentemente integrado na Contax em resultado da troca do investimento da PT neste negócio por uma participação adicional na Contax. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, no montante total de 628 milhões de euros, os custos operacionais consolidados teriam aumentado em apenas 0,5% face ao 1T11 (2 milhões de euros) para 449 milhões de euros no 1T12, uma vez que a redução de 3,6% no negócio de telecomunicações em Portugal (14 milhões de euros) foi compensada por uma maior contribuição dos negócios em África (9 milhões de euros), nomeadamente da CVT e da MTC, e das empresas instrumentais em Portugal.

01 Análise dos resultados consolidados

Os custos com o pessoal aumentaram 136 milhões de euros (+87,1% face ao 1T11) no 1T12 para 293 milhões de euros, em comparação com 157 milhões de euros no 1T11. Este aumento está relacionado essencialmente com o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, parcialmente compensado pela contribuição da Dedic/GPTI no 1T11. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, no montante total de 136 milhões de euros, os custos com pessoal teriam aumentado em apenas 0,6% face ao 1T11 (1 milhão de euros) para 105 milhões de euros no 1T12, uma vez que a redução de 4,0% face ao 1T11 nos negócios de telecomunicações em Portugal, relacionada com menores remunerações variáveis e em horário extraordinário, melhores níveis de eficiência em determinados processos internos e menores custos com pessoal em resultado do plano de reestruturação implementado no 4T10, foi compensada por um aumento na contribuição das operações internacionais e de determinadas empresas instrumentais em Portugal. Os custos com pessoal representaram 17,1% das receitas operacionais consolidadas no 1T12.

Os custos diretos aumentaram em 171 milhões de euros (+136,9% face ao 1T11) para 296 milhões de euros representaram 17,2% das receitas operacionais consolidadas. Este aumento está relacionado essencialmente com o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, no montante de 177 milhões de euros. Excluindo este efeito, os custos diretos teriam diminuído 4,8% face ao 1T11 (6 milhões de euros) para 119 milhões de euros no 1T12, essencialmente devido à menor contribuição dos negócios de telecomunicações em Portugal, em resultado de (1) menores custos de tráfego na TMN, explicados pelo impacto da redução nas Tarifas de Terminação Móvel reguladas e por menores custos de interligação de roaming, (2) menores custos relacionados com o negócio das listas telefónicas, e (3) menores custos associados à prestação de serviços de rede às escolas.

Os custos comerciais, os quais incluem essencialmente serviços de suporte, fornecimentos e serviços externos, impostos indirectos e provisões, aumentaram 52 milhões de euros (+71,3% face ao 1T11) no 1T12 para 125 milhões de euros e representaram 7,3% das receitas operacionais consolidadas. Este aumento reflete essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, no montante de 39 milhões de euros. Excluindo este efeito, os custos comerciais teriam aumentado 17,5% face ao 1T11 (13 milhões de euros) para 85 milhões de euros no 1T12, essencialmente devido a maiores contribuições (1) dos negócios de telecomunicações em Portugal, refletindo um maior nível de atividade comercial (as adições líquidas do serviço de televisão por subscrição aumentaram 50,1% no 1T12 face ao 1T11), e (2) dos negócios em África, em linha com o aumento das receitas.

Os outros custos operacionais, os quais incluem essencialmente serviços de suporte, fornecimentos e serviços externos, impostos indirectos e provisões, aumentaram 271 milhões de euros no 1T12 para 430 milhões de euros, em comparação com 159 milhões de euros no 1T11. Este aumento é explicado essencialmente pelo impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, parcialmente compensado pela contribuição da Dedic/GPTI no 1T11. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, no montante total de 276 milhões de euros, os outros custos operacionais teriam decrescido 3,5% face ao 1T11 para 140 milhões de euros no 1T12, fundamentalmente devido à menor contribuição dos negócios de telecomunicações em Portugal, refletindo (1) menores despesas com manutenção e reparação, no seguimento da implementação da rede FTTH da PT, e (2) menores custos com fornecimento e serviços externos.

EBITDA

No 1T12, o EBITDA aumentou 214 milhões de euros (+59,9% face ao 1T11) para 572 milhões de euros, o que compara com 357 milhões de euros no 1T11. Este aumento está relacionado com a consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir de 1 de abril de 2011 e da Dedic / GPTI a partir de 1 de julho de 2011, no seguimento do processo de troca da participação da PT neste negócio por uma participação superior na Contax, que era

01 Análise dos resultados consolidados

anteriormente consolidada integralmente. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, no montante de 238 milhões de euros, o EBITDA teria decrescido 6,7% no 1T12 face ao 1T11 para 331 milhões de euros, equivalente a uma margem de 42,4% (+1,8 pp face ao 1T11). O desempenho do EBITDA no período foi impactado pela diminuição nas receitas, não obstante a redução de 3,6% face ao 1T11 nos custos operacionais excluindo amortizações e PRBs dos negócios de telecomunicações em Portugal e a melhoria na margem bruta do segmento Residencial no 1T12, em resultado do negócio de TV por subscrição ter atingido massa crítica, da maior penetração de clientes FTTH e do contínuo empenho na redução de custos.

EBITDA por segmento de negócio ⁽¹⁾	Milhões de euros		
	1T12	1T11	Δ11/12
Portugal	307,7	330,7	(7,0%)
Brasil • Oi ⁽²⁾	227,3	0,0	n.s.
Outros	36,8	26,8	37,3%
EBITDA	571,7	357,4	59,9%
Margem EBITDA (%)	33,3	41,0	(7,7pp)

(1) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações.

O **EBITDA dos negócios de telecomunicações em Portugal** ascendeu a 308 milhões de euros no 1T12 (-7,0% face ao 1T11), equivalente a uma margem de 45,2%, em resultado da diminuição das receitas de serviço (40 milhões de euros), as quais têm uma maior alavancagem operacional. As receitas de serviço menos os custos diretos diminuíram 34 milhões de euros, enquanto o EBITDA apenas diminuiu 23 milhões de euros, apesar do mix superior na venda de smartphones, em resultado do foco resiliente em corte de custos e na rentabilidade das operações e não obstante o aumento dos custos comerciais (7 milhões de euros). Os custos operacionais diminuíram 3,6% face ao 1T11 devido: (1) ao facto do serviço de TV por subscrição ter atingido massa crítica, o que permite a redução dos custos de programação por cliente (-20% no 1T12 face ao 1T11); (2) à implementação da rede de fibra, cuja qualidade de serviço superior implica menor suporte ao cliente e menores custos de manutenção de rede; (3) à implementação de novas iniciativas, em particular no apoio ao cliente e field force, promovendo a utilização de ferramentas de self-care e beneficiando da convergência fixo-móvel; (4) à simplificação das ofertas comerciais e dos processos de negócio, nomeadamente no segmento Pessoal, e (5) às medidas adicionais tomadas em antecipação ao fraco ambiente macroeconómico, refletindo o enfoque da PT no controlo de custos. Este sólido desempenho em termos de custos foi alcançado num contexto de forte actividade comercial (as adições líquidas do serviço de televisão por subscrição aumentaram 50,1% no 1T12 face ao 1T11), o que levou a maiores custos comerciais. Excluindo o efeito dos custos comerciais, o EBITDA teria diminuído 4,1% face ao 1T11.

No 1T12, o **EBITDA da Oi** ascendeu a 227 milhões de euros, o equivalente a 527 milhões de reais, correspondente à sua consolidação proporcional. A margem EBITDA no período foi de 28,8%.

O **EBITDA dos outros negócios** aumentou 37,3% face ao 1T11, para 37 milhões de euros no 1T12, principalmente devido: (1) ao impacto da consolidação proporcional da Contax no 1T12 (14 milhões de euros), e (2) aos crescimentos de 15,1% e 5,1% face ao 1T11 no EBITDA da Timor Telecom e da CVT, respetivamente. Estes efeitos foram parcialmente compensados por um menor contributo do negócio da Dedic / GPTI, o qual foi consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e integrado na Contax a partir de 1 de julho de 2011.

Os ativos internacionais, consolidados integral e proporcionalmente, representaram 49,3% do EBITDA da PT no 1T12. Os negócios no Brasil representaram 42,1% do EBITDA nesse período e os negócios africanos, consolidados integralmente, representaram 5,9% do EBITDA.

01 Análise dos resultados consolidados

Resultado líquido

Os custos com benefícios de reforma aumentaram para 15 milhões de euros no 1T12 face a 12 milhões de euros no 1T11, refletindo essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi no 1T12.

As amortizações e depreciações aumentaram 76,6% face ao 1T11, para 347 milhões de euros no 1T12, refletindo principalmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12 (161 milhões de euros), incluindo a Dedic/GPTI, parcialmente compensado pela contribuição deste negócio no 1T11. Excluindo estes efeitos, as amortizações e depreciações teriam diminuído 3,3% para 186 milhões de euros no 1T12, devido ao menor contributo dos negócios de telecomunicações em Portugal (8 milhões de euros), nomeadamente do negócio móvel em resultado da troca de equipamentos 2G da TMN por equipamentos 4G, o que levou a uma aceleração na depreciação de equipamentos 2G no 1S11, até 30 de junho de 2011.

Os juros líquidos suportados aumentaram para 108 milhões de euros no 1T12, o que compara com juros líquidos obtidos de 17 milhões de euros no 1T11, refletindo principalmente a consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores no 1T12 (66 milhões de euros). Excluindo este efeito, as despesas com juros líquidos teriam ascendido a 41 milhões de euros no 1T12, um aumento de 59 milhões de euros face ao 1T11, principalmente em resultado de: (1) juros obtidos no 1T11, no montante de 51 milhões de euros, relativamente a depósitos em reais que foram utilizados para pagar os investimentos estratégicos na Oi e na Contax em 28 de março de 2011, e (2) do impacto do aumento da dívida líquida média dos negócios em Portugal, a qual foi mais baixa no 1T11 uma vez que os fundos para o investimento na Oi e na Contax foram transferidos para o Brasil durante esse trimestre. O custo médio da dívida líquida dos negócios em Portugal foi de 3,6% no 1T12, relativamente em linha com o 1T11.

Os ganhos em empresas associadas ascenderam a 46 milhões de euros no 1T12, o que compara com 80 milhões de euros no 1T11. No 1T11, esta rubrica inclui um ganho de 38 milhões de euros relativo à alienação da participação na UOL, pelo montante total de 156 milhões de euros. Excluindo este efeito, os ganhos em empresas associadas teriam aumentado de 42 milhões de euros no 1T11 para 46 milhões de euros no 1T12.

Os outros custos financeiros líquidos, que incluem perdas cambiais líquidas, perdas líquidas em ativos financeiros e outras despesas financeiras líquidas, diminuíram de 42 milhões de euros no 1T11 para 35 milhões de euros no 1T12, refletindo principalmente menores perdas cambiais líquidas no 1T12, devido ao impacto de uma desvalorização mais significativa do dólar face ao euro no 1T11 nos ativos denominados em dólares. Adicionalmente, o impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores no 1T12 (15 milhões de euros) foi compensado pelos impostos suportados no Brasil no 1T11 relacionados com a transferência de fundos para o investimento na Oi (14 milhões de euros).

O imposto sobre o rendimento diminuiu para 22 milhões de euros no 1T12, face a 48 milhões de euros no 1T11, correspondendo a uma taxa efetiva de imposto de 21,1% e 24,3%, respetivamente. Esta redução reflete, principalmente, o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, que representa um ganho de imposto sobre o rendimento de 13 milhões de euros e o efeito que resulta da redução do resultado antes de impostos nos negócios em Portugal. Ajustando por: (1) a consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12; (2) maiores juros obtidos e ganhos com empresas associadas não tributáveis fiscalmente no 1T11, e (3) correções ao imposto de anos anteriores, a taxa efetiva de imposto teria sido 31,2% no 1T12 e 30,8% no 1T11.

01 Análise dos resultados consolidados

O **lucro atribuível a interesses não controladores** ascendeu a 24 milhões de euros no 1T12, incluindo o impacto da consolidação proporcional do resultado atribuível a interesses não controladores da Oi e da Contax (3 milhões de euros). Excluindo este efeito, os lucros atribuíveis a interesses não controladores teriam ascendido a 21 milhões de euros no 1T12, o que compara com 20 milhões de euros no 1T11, incluindo principalmente o resultado atribuível a interesses não controladores dos negócios em África.

O **resultado líquido** ascendeu a 56 milhões de euros no 1T12, face a 130 milhões de euros no 1T11. Esta diminuição é explicada, principalmente, por: (1) um ganho de 38 milhões de euros registado no 1T11 relacionado com a conclusão do processo de venda da participação na UOL, e (2) um aumento dos juros suportados relacionado, maioritariamente, com 51 milhões de euros de juros obtidos no 1T11 relativamente a depósitos em reais que foram utilizados para pagar o investimento na Oi e na Contax em 28 de março de 2011.

Capex

No 1T12, o **capex** aumentou 137 milhões de euros para 259 milhões de euros no 1T12, o que compara com 122 milhões de euros no 1T11. Este aumento está relacionado com a consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir de 1 de abril de 2011 e da Dedic / GPTI a partir de 1 julho de 2011, após a conclusão da troca de participações da PT neste negócio por uma participação adicional na Contax, que foi consolidada integralmente até 30 de junho de 2011. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, no montante de 121 milhões de euros, o capex teria aumentado 13,2%, face ao 1T11, para 133 milhões de euros no 1T12, equivalente a 17,1% das receitas.

Capex por segmento de negócio	Milhões de euros		
	1T12	1T11	Δ11/12
Portugal	114,9	101,4	13,3%
Brasil • Oi	120,6	0,0	n.s.
Outros	23,4	20,8	12,4%
Capex total	258,9	122,2	111,9%
Capex em % das receitas operacionais (%)	15,1	14,0	1,1pp

No 1T12, o **capex dos negócios de telecomunicações em Portugal** aumentou 13,3% face ao 1T11, para 115 milhões de euros, e foi direcionado para investimentos em tecnologias de ponta, em particular FTTH, incluindo a cobertura das estações base móveis com fibra e 4G / LTE. O desempenho do capex refletiu o crescimento no capex do segmento Residencial, devido ao aumento no capex de cliente, em resultado do forte crescimento de clientes nos últimos trimestres. Adicionalmente, o desempenho do capex também refletiu o aumento dos investimentos na capacidade das redes existentes 3G e 3,5G, nomeadamente nas áreas urbanas, e a implementação, em fase inicial, da rede 4G. A PT tem vindo a reforçar a sua capacidade de dados móvel e a sua qualidade de rede, aproveitando a implementação em curso de FTTH para aumentar a qualidade da sua rede móvel e liderar a implementação de 4G no mercado Português. Desde abril de 2012, a PT assegurou um nível de 80% de cobertura da rede 4G, que pretende aumentar para 90% no final de 2012. A PT está também a investir na construção de um centro de dados de última geração, com uma área de 75,5 mil metros quadrados, que permitirá à PT reforçar a sua proposta de valor para todos os segmentos de cliente, assegurando simultaneamente maior flexibilidade e maximização da eficiência.

No 1T12, o **capex da Oi** consolidado proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, ascendeu a 121 milhões de euros, o equivalente a 279 milhões de reais. Os investimentos no trimestre tiveram como objetivo: (1) melhorar e

01 Análise dos resultados consolidados

expandir a cobertura das redes 2G / 3G; (2) aumentar a velocidade e a cobertura dos serviços de banda larga, e (3) fortalecer as infraestruturas de telecomunicações.

No 1T12, o **capex dos outros negócios** aumentou para 23 milhões de euros, em comparação com 21 milhões de euros no 1T11. Este desempenho é explicado, principalmente, pelo impacto da consolidação proporcional da Contax no 1T12 (5 milhões de euros), e pelo capex mais elevado da CVT, em Cabo Verde, efeitos que mais do que compensaram o impacto da consolidação integral da Dedic / GPTI no 1T11 e menor capex na MTC na Namíbia e na CST em S. Tomé e Príncipe.

Cash Flow

O cash flow operacional decresceu para 113 milhões de euros no 1T12, incluindo o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax, face a 315 milhões de euros no 1T11. O cash flow operacional no 1T12 foi impactado por um maior investimento em fundo de maneiio, em resultado dos pagamentos efetuados relativamente ao capex do 4T11 e do pagamento anual efetuado em março das taxas de manutenção FISTEL no Brasil. Excluindo a consolidação proporcional da Oi e da Contax, o cash flow operacional teria decrescido 238 milhões de euros para 77 milhões de euros no 1T12, devido principalmente ao significativo aumento do investimento em fundo de maneiio (201 milhões de euros). No 1T11 o desinvestimento em fundo de maneiio foi de 75 milhões de euros, em reflexo de um pagamento extraordinário a fornecedores efectuado no 4T10 e no 1T12, o investimento em fundo de maneiio ascendeu a 126 milhões de euros, em linha com a tendência do investimento em fundo de maneiio para o primeiro semestre, o qual é recuperado no segundo semestre.

O free cash flow foi negativo em 158 milhões de euros no 1T12, o que compara com 453 milhões de euros no 1T11, ajustados pelos pagamentos relativos à aquisição dos investimentos da PT na Oi e na Contax (3.728 milhões de euros). Esta redução é explicada principalmente por: (1) um menor cash flow operacional (202 milhões de euros), tal como referido acima; (2) um recebimento de 156 milhões de euros no 1T11 relativo à alienação da participação na UOL; (3) dividendos recebidos da Unitel no 1T11 (98 milhões de euros) relativos aos resultados de 2009, (4) um aumento dos pagamentos relacionados com ações legais (59 milhões de euros) relativos principalmente à consolidação proporcional da Oi, e (5) um aumento de 121 milhões de euros nos juros pagos, refletindo o impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores no 1T12 (10 milhões de euros) e um aumento nas operações em Portugal relacionado principalmente com os juros recebidos no 1T11 relativos aos depósitos bancários utilizados para o pagamento dos investimentos estratégicos na Oi e na Contax. Estes efeitos foram parcialmente compensados por menores pagamentos relativos a impostos sobre o rendimento (12 milhões de euros), na medida em que o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12 (24 milhões de euros) foi mais do que compensado por elevados pagamentos nas operações em Portugal no 1T11, relativos principalmente a retenções na fonte sobre as aplicações financeiras realizadas com os montantes decorrentes da venda da Vivo.

01 Análise dos resultados consolidados

Free cash flow ⁽¹⁾	Milhões de euros		
	1T12	1T11	Δ11/12
EBITDA menos Capex	312,8	235,2	33,0%
Itens não monetários ⁽²⁾	42,5	5,3	n.s.
Varição do fundo de maneió	(241,9)	74,9	n.s.
Cash flow operacional	113,4	315,4	(64,0%)
Juros	(116,8)	4,2	n.s.
Reemb. (contrib.) dos fundos de pensões, líquidos	(26,4)	5,0	n.s.
Pag. a colab. pré-reformados, suspensos e outros	(35,9)	(41,1)	(12,6%)
Impostos sobre o rendimento	(29,5)	(41,8)	(29,5%)
Dividendos recebidos	24,5	117,9	(79,2%)
Alienações (aquisições) de invest. financeiros, líquidas	0,0	155,5	n.s.
Outros movimentos ⁽³⁾	(87,6)	(61,6)	42,2%
Free cash flow	(158,3)	453,5	n.s.

(1) O free cash flow exclui o pagamento relativo à aquisição dos investimentos estratégicos da PT na Oi e na Contax (3.728 milhões de euros no 1T11). (2) O aumento nesta rubrica é explicado principalmente pelo impacto da consolidação proporcional da Oi. (3) O aumento nesta rubrica reflete, principalmente, os pagamentos de determinadas ações judiciais da Oi e Contax no 1T12, parcialmente compensados por impostos financeiros incorridos no 1T11 relacionados com o investimento estratégico na Oi.

Dívida líquida consolidada

A dívida líquida consolidada, excluindo a consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores, e ajustada pelo efeito fiscal relacionado com a transferência dos planos de pensões para o Estado Português, ascendeu a 4.446 milhões de euros em 31 de março de 2012. Excluindo estes efeitos, a dívida líquida consolidada ascenderia a 7.074 milhões de euros em 31 de março de 2012, o que compara com 6.613 milhões de euros no final de dezembro de 2011, um aumento de 461 milhões de euros, que reflete: (1) os dividendos pagos pela PT aos seus acionistas (185 milhões de euros), relativos ao dividendo intercalar de 21,5 cêntimos de euro por ação pago em janeiro de 2012, e pelas suas subsidiárias a acionistas não controladores (21 milhões de euros); (2) o pagamento efetuado pela TMN, em janeiro de 2012, respeitante à licença LTE, e (3) o free cash flow negativo gerado no período (158 milhões de euros).

Variação da dívida líquida	Milhões de euros	
	1T12	1T11
Dívida líquida (balanço inicial)	6.612,8	2.099,8
Free cash flow (a subtrair)	(158,3)	453,5
Aquisição de investimento estratégico na Oi e Contax	0,0	3.727,6
Efeito de conv. cambial de dívida em moeda estrangeira	8,6	0,0
Dividendos interinos pagos pela PT	184,8	0,0
Alterações no perímetro de consolidação (Oi e Contax)	0,0	2.052,5
Outros ⁽¹⁾	109,1	2,1
Dívida líquida (balanço final)	7.073,5	7.428,5
Efeito fiscal sobre resp. não financiadas (a subtrair) ⁽²⁾	226,1	226,1
Dívida líquida ajustada (balanço final)	6.847,4	7.202,4
Dívida líquida da Oi e Contax, inc. holdings (a subtrair)	2.401,7	2.052,5
Dívida líquida ajustada exc. Oi e Contax (balanço final)	4.445,8	5.149,9
Varição da dívida líquida	460,7	5.328,7
Varição da dívida líquida (%)	7,0%	253,8%

(1) No 1T12, esta rubrica incluiu o pagamento relativo à licença LTE. (2) Efeito fiscal relativo à transferência dos planos de pensões regulamentares para o Estado Português, incluindo 113 milhões de euros relacionados com a contribuição de 2011, que foram contabilizados como prejuízos fiscais reportáveis.

01 Análise dos resultados consolidados

Em 31 de março de 2012, o total da dívida bruta consolidada ascendeu a 11.133 milhões de euros, dos quais 83,7% era de médio e longo prazo e 4.094 milhões de euros respeitam ao impacto da consolidação proporcional da Oi, Contax e dos seus acionistas controladores. Excluindo este impacto, a dívida bruta teria ascendido a 7,039 milhões de euros, dos quais 80,6% era de médio e longo prazo, na sequência do reembolso de 1.300 milhões de euros relativos ao Eurobond emitido em março de 2005, e 75,1% vencia juros a taxas fixas.

Excluindo a consolidação proporcional da Oi e da Contax, o valor de disponibilidades de caixa e equivalentes, acrescido do montante disponível em linhas de papel comercial e financiamentos disponíveis com tomada firme, ascendeu a 3.407 milhões de euros no final de março de 2012.

No 1T12, excluindo a consolidação proporcional da Oi e da Contax, o custo médio da dívida líquida da PT situou-se em 3,6%, mantendo-se estável quando comparado com o 1T11 (3,6%, ajustado pelos 51 milhões de euros de juros obtidos com os depósitos bancários relacionados com o investimento estratégico na Oi). O custo da dívida bruta foi de 4,6% no 1T12, o que compara com 4,2% no 1T11 e 4,3% em 2011. Em 31 de março de 2012, a dívida líquida da PT tinha uma maturidade de 5,3 anos.

Responsabilidades com benefícios de reforma

Em 31 de março de 2012, as responsabilidades projetadas com benefícios de reforma (PBO) dos negócios em Portugal, relativas a complementos de pensões e cuidados de saúde, ascendiam a 473 milhões de euros e o valor de mercado dos activos sob gestão ascendia a 361 milhões de euros, face a 474 milhões de euros e 345 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, respetivamente. Adicionalmente, a PT tinha responsabilidades sob a forma de salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados no montante de 789 milhões de euros em 31 de março de 2012, as quais não estão sujeitas a qualquer requisito legal para efeitos de financiamento. Esses salários são pagos mensalmente, diretamente pela PT, aos beneficiários até à idade da reforma. Assim, as responsabilidades não financiadas brutas totais dos negócios em Portugal ascendiam a 901 milhões de euros e as responsabilidades não financiadas líquidas de impostos ascendiam a 676 milhões de euros. Os planos de benefícios de reforma da PT relativos a complementos de pensões e cuidados de saúde estão fechados à entrada de novos participantes. Adicionalmente, a PT consolidou proporcionalmente as responsabilidades líquidas com benefícios de reforma da Oi no valor de 53 milhões de euros em 31 de março de 2012 e 62 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

Responsabilidades com benefícios de reforma	Milhões de euros	
	31 Março 2012	31 Dezembro 2011
Responsabilidades com pensões	120,7	121,6
Responsabilidades com cuidados de saúde	352,2	352,6
Resp. projectadas com benefícios de reforma (PBO)	472,9	474,1
Valor de mercado dos fundos ⁽¹⁾	(360,7)	(344,7)
Resp. não financ. c/ pensões e cuidados de saúde	112,2	129,4
Salários a pagar a empregados suspensos e pré-reformados	788,5	782,5
Responsabilidades não financiadas brutas	900,7	911,9
Resp. não financiadas líquidas do efeito fiscal	675,5	683,9
Responsabilidades não financiadas brutas da Oi	52,5	61,7
Ganhos com serviços passados não reconhecidos	16,4	16,8
Provisão para benefícios de reforma	969,6	990,4

(1) O aumento do valor de mercado dos fundos resultou principalmente do desempenho positivo dos ativos sob gestão no montante de 17,0 milhões de euros (equivalente a uma taxa de rentabilidade positiva de 4,9% no 1T12) que mais do que compensou os pagamentos de complementos de pensões no montante de 2,0 milhões de euros.

01 Análise dos resultados consolidados

O valor total das responsabilidades não financiadas brutas dos negócios em Portugal diminuiu 11 milhões de euros para 901 milhões de euros em 31 de março de 2012, principalmente em resultado dos pagamentos de salários a empregados suspensos e pré-reformados efetuados durante o período, nos montantes de 36 milhões de euros e 5 milhões de euros, respetivamente. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelos custos totais com benefícios de reforma e com o programa de redução de efetivos (9 milhões de euros) e pelas perdas actuariais líquidas (23 milhões de euros). As responsabilidades não financiadas brutas da Oi decresceram de 62 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 para 53 milhões de euros em 31 de março de 2012, refletindo principalmente contribuições de 10 milhões de euros, efetuadas em janeiro de 2012 para cobertura do défice do plano de pensões BrTPREV.

Varição nas responsabilidades não financiadas brutas	Milhões de euros	
	1T12	1T11
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo inicial)	973,7	948,6
Alteração do perímetro de consolidação	0,0	52,5
Custos com benefícios de reforma (PRBs) ⁽¹⁾	9,3	7,6
Custos com o programa de redução de efetivos	0,9	4,4
Reembolsos (contribuições) líquidos para os fundos de pensões ⁽²⁾	(17,4)	5,0
Pag. de salários a colab. pré-reformados, suspensos e outros	(35,9)	(41,1)
Perdas (ganhos) actuariais líquidas	22,8	16,4
Ajustamentos de conversão cambial	0,0	0,0
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo final)	953,3	993,3

(1) No 1T12 e 1T11, esta rubrica exclui os custos com o serviço do ano dos empregados no ativo cujas responsabilidades foram transferidas para o Estado Português, nos montantes de 5,9 milhões de euros e 4,8 milhões de euros, respetivamente. **(2)** No 1T11, esta rubrica inclui essencialmente contribuições para os fundos de pensões realizados pela Oi (10,7 milhões de euros) e despesas de saúde pagas relativamente aos planos de saúde das operações em Portugal (5,2 milhões de euros). No 1T11, esta rubrica inclui reembolsos líquidos de despesas de saúde no valor de 5,6 milhões de euros.

Os custos com benefícios de reforma aumentaram para 15 milhões de euros no 1T12, face a 12 milhões de euros no 1T11, refletindo principalmente o impacto com a consolidação proporcional da Oi e um aumento do custo com o serviço do ano relativo a empregados ativos e suspensos que tinham direito a pensões englobadas nos planos de pensões da PT que foram transferidos para o Estado Português em dezembro de 2010. As perdas actuariais líquidas, respeitam às operações em Portugal e ascenderam a 23 milhões de euros no 1T12 e a 16 milhões de euros no 1T11. As perdas actuariais líquidas no 1T12 incluem: (1) uma perda de 35 milhões de euros relativa ao impacto estimado com a adoção da Lei 85-A/2012, que suspendeu o regime de reforma antecipada durante o programa de assistência financeira a Portugal, resultando em pagamentos mais elevados de salários a pré-reformados e empregados suspensos até à idade da reforma, e (2) um ganho de 12 milhões de euros correspondente à diferença entre a taxa de rentabilidade real (+4,9%) e a estimada (+1,5%) dos ativos dos planos de pensões. As perdas actuariais líquidas registadas no 1T11 correspondem à diferença entre a taxa de rentabilidade real (-2,2%) e a estimada (+1,5%) dos ativos dos planos de pensões.

01 Análise dos resultados consolidados

Capital próprio

Variação no capital próprio (excluindo interesses não controladores)	Milhões de euros
	1T12
Capital próprio antes de interesses não controladores (saldo inicial)	2.828,1
Resultado líquido	56,5
Ajustamentos de conversão cambial líquidos	(33,3)
Ganhos (perdas) atuariais líquidos, líquidos do efeito fiscal	(17,1)
Outros ⁽¹⁾	71,3
Capital próprio antes de interesses não controladores (saldo final)	2.905,4
Variação no capital próprio antes de interesses não controladores	77,3
Variação no capital próprio antes de interesses não controladores (%)	2,7%

(1) Esta rubrica inclui principalmente um ganho registado diretamente no capital próprio em resultado da simplificação societária do grupo Oi.

Em 31 de março de 2012, o capital próprio excluindo interesses não controladores ascendeu a 2.905 milhões de euros, um aumento de 77 milhões de euros no 1T12. Este aumento é explicado principalmente por um ganho registado diretamente no capital próprio decorrente da simplificação societária do Grupo Oi e pelo resultado líquido gerado no período. Estes efeitos mais do que compensaram os ajustamentos de conversão cambial negativos, relacionados principalmente com a desvalorização do real brasileiro face ao euro e as perdas atuariais líquidas reconhecidas no período.

Demonstração da posição financeira consolidada

O total do ativo e do passivo decresceu de 23,2 mil milhões de euros e de 19,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 para 21,5 mil milhões de euros e 17,9 mil milhões de euros em 31 de março de 2012, respetivamente, refletindo principalmente o reembolso do Eurobond de 1.300 milhões de euros emitido em março de 2005 e o pagamento do dividendo intercalar de 21,5 cêntimos de euro em janeiro de 2012 (185 milhões de euros).

01 Análise dos resultados consolidados

Demonstração da posição financeira consolidada	Milhões de euros	
	31 Março 2012	31 Dezembro 2011 reexpresso
Disponibilidades e títulos negociáveis	4.059,6	5.668,1
Contas a receber	1.871,4	1.936,3
Existências	147,7	133,5
Depósitos judiciais	1.132,9	1.084,1
Investimentos financeiros	565,2	556,3
Ativos intangíveis	5.543,6	5.629,8
Ativos tangíveis	6.181,5	6.228,6
Ativos com planos de benefícios de reforma	14,0	13,6
Outros ativos	536,4	579,5
Impostos diferidos e custos diferidos	1.424,1	1.346,5
Total do ativo	21.476,4	23.176,4
Contas a pagar	1.216,2	1.446,2
Dívida bruta	11.133,1	12.281,0
Responsabilidades com planos de benefícios de reforma	983,7	1.004,1
Outros passivos	3.297,0	3.337,9
Impostos diferidos e proveitos diferidos	1.316,0	1.365,1
Total do passivo	17.946,0	19.434,2
Capital, excluindo interesses não controladores	2.905,4	2.828,1
Interesses não controladores	625,0	914,1
Total do capital próprio	3.530,4	3.742,2
Total do capital próprio e do passivo	21.476,4	23.176,4

02

Evolução dos negócios

Negócios de Telecomunicações em Portugal

No 1T12 os negócios de telecomunicações em Portugal continuaram a apresentar um aumento sustentado da base de clientes, com os clientes de acessos fixos de retalho a aumentarem 6,6% face ao 1T11 para 4.880 mil (adições líquidas atingiram os 85 mil) e os clientes móveis a aumentarem 0,6% face ao 1T11 para 7.457 mil (14 mil adições líquidas).

Dados operacionais - Portugal

	1T12	1T11	Δ11/12
Acessos fixos de retalho ('000)	4.880	4.578	6,6%
PSTN/RDIS	2.629	2.683	(2,0%)
Clientes de banda larga	1.141	1.019	11,9%
Clientes de TV	1.111	876	26,9%
Clientes móveis ('000)	7.457	7.414	0,6%
Póspagos	2.449	2.304	6,3%
Prépagos	5.008	5.110	(2,0%)
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	85	52	64,3%
PSTN/RDIS	(19)	(12)	(56,4%)
Clientes de banda larga	35	18	94,8%
Clientes de TV	69	46	50,1%
Clientes móveis ('000)	14	(5)	n.s.
Póspagos	71	14	n.s.
Prépagos	(58)	(19)	(202,9%)
Dados em % das receitas de serviço (%)	31,1	26,9	4,2pp

O aumento dos clientes de acessos fixos de retalho foi impulsionado pelo sólido desempenho do Meo, o serviço de televisão por subscrição da PT, cujo sucesso é alcançado através de uma proposta de valor diferenciada, sustentado num serviço de TV por subscrição não linear que oferece uma experiência multiscreen única com canais em direto, vídeo on demand, aluguer de jogos e músicas disponíveis em vários equipamentos.

No 1T12, a base de clientes de TV por subscrição apresentou um crescimento de 26,9% face ao 1T11 para 1.111 mil, um forte desempenho que resultou em 69 mil adições líquidas no 1T12 (+50,1% face ao 1T11 e 1,4% face ao 4T11). O nível de adições líquidas observado no 1T12 foi o mais elevado dos últimos nove trimestres (4T11: 68 mil; 3T11: 55 mil; 2T11: 44 mil; 1T11: 46 mil; 4T10: 61 mil; 3T10: 67 mil; 2T10: 57 mil e 1T10: 65 mil), o que confirma claramente o contínuo sucesso e atractividade do Meo no mercado português. Esta forte performance da televisão por subscrição impulsionou o crescimento sólido dos clientes da banda larga, que aumentaram 11,9% face ao 1T11 para 1.141 mil (35 mil adições líquidas no 1T12). Os clientes de triple-play da PT (voz, banda larga e televisão por subscrição) aumentaram 32,0% face ao 1T11 atingindo os 728 mil no 1T12 (49 mil adições líquidas no trimestre).

Os clientes móveis beneficiaram de um desempenho sólido dos clientes póspagos, que aumentaram 6,3% face ao 1T11 (adições líquidas de 71 mil no 1T12). Os planos tarifários "e nunca mais acaba", que atingiram os 885 mil clientes no 1T12, assim como os clientes de banda larga móvel, continuaram a apresentar tendências de crescimento sólidas.

02 Evolução dos negócios

Residencial

No 1T12, as adições líquidas de retalho atingiram 89 mil clientes, em resultado do crescimento do serviço de TV por subscrição, que contribuiu com 63 mil adições líquidas, elevando os clientes residenciais de TV por subscrição para 1.035 mil (um aumento de 26,6% face ao 1T11). No trimestre, as adições líquidas de banda larga fixa ascenderam a 31 mil, com a base de clientes residenciais de banda larga a aumentar 13,3% face ao 1T11 para 942 mil. As linhas geradoras de tráfego residenciais ascenderam a 1.669 linhas, com perdas líquidas de 5 mil no 1T12, resultado das ofertas comerciais agressivas no segmento de baixo valor por parte do principal concorrente. As unidades geradoras de receita (RGUs) residenciais por cliente único foi de 2,0, um aumento de 9,2% face ao 1T11, refletindo o contínuo sucesso da oferta triple-play do Meo. Em resultado deste sucesso, o ARPU residencial aumentou 3,2% face ao 1T11 para 31,5 euros. Este desempenho é ainda mais notável tendo em consideração que foi atingido num contexto de: (1) ambiente económico desafiante, que leva a alguma pressão sobre os serviços mais expostos ao ambiente económico, tais como canais premium e temáticos, vídeo on demand e outros serviços de valor acrescentado, e (2) postura comercial agressiva por parte de determinados operadores nas promoções de voz e ofertas no segmento de baixo valor.

Dados operacionais • Segmento Residencial

	1T12	1T11	Δ11/12
Acessos fixos de retalho ('000)	3.647	3.328	9,6%
PSTN/RDIS	1.669	1.679	(0,6%)
Clientes de banda larga	942	831	13,3%
Clientes de TV	1.035	818	26,6%
Clientes únicos	1.869	1.862	0,4%
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	89	71	25,3%
PSTN/RDIS	(5)	6	(170,1%)
Clientes de banda larga	31	22	40,8%
Clientes de TV	63	43	46,7%
ARPU (euros)	31,5	30,5	3,2%
Receitas não-voz em % das receitas (%)	62,5	57,1	5,4pp

O crescimento sólido dos clientes residenciais é, claramente, suportado pelo sucesso do Meo, o serviço inovador de TV por subscrição da PT que já se transformou para uma experiência multiscreen única, com canais em direto, vídeo on demand, aluguer de jogos e músicas, disponível em todos os ecrãs. O Meo apresenta uma proposta de conteúdos diferenciadora, com mais de 150 canais, incluindo canais de conteúdos exclusivos, de alta definição e 3D, milhares de filmes VoD e interatividade sobre programas âncora (exemplo do Ídolos, Casa dos Segredos, Peso Pesado). O Meo também oferece aplicações interativas avançadas e customizadas, através de múltiplos widgets disponíveis através do "botão azul" do controle remoto do Meo e que abrangem áreas tais como: (1) Notícias, incluindo uma aplicação de notícias personalizada, desenvolvida em parceria com a RTP, e a aplicação Sapó Kiosk; (2) Desportos, incluindo uma aplicação de futebol, uma de surf e aplicações de canais específicos, tais como a aplicação do canal BenficaTV e a aplicação do canal SportTV; (3) Música, incluindo o MusicBox, um serviço de música multiscreen, uma aplicação de rádio e uma aplicação de karaoke; (4) Crianças, incluindo um portal infantil que abrange todas as idades e onde as crianças podem aceder a canais, conteúdos vídeo on demand, clips de música, karaoke, jogos e conteúdos educacionais customizados; (5) Serviços de Conveniência, incluindo aplicações para meteorologia, trânsito, farmácias e outros, e (6) Conteúdo Pessoal, incluindo uma aplicação de arquivo online de fotos.

02 Evolução dos negócios

Em fevereiro de 2012, o Meo deu mais um passo inovador ao lançar o "Meo Kanal", um serviço que traz a experiência da rede social para a televisão e, assim, cria um efeito de rede num serviço de televisão por assinatura. O "Meo Kanal" permite aos clientes produzir, editar e partilhar conteúdos multimédia na televisão, através do seu próprio canal. É possível aceder a estes canais através do "botão verde" do controlo remoto do Meo. O "Meo Kanal" permite a criação de canais privados gratuitos, solicitando um PIN de acesso que é partilhado apenas entre familiares, amigos ou qualquer outro grupo desejado, ou até mesmo com canais públicos acessíveis a toda a comunidade Meo. Esta aplicação inovadora já ultrapassou a marca de 10.000 canais.

As receitas operacionais do segmento Residencial atingiram 177 milhões de euros no 1T12, um aumento de 4,6% face ao 1T11, mostrando uma aceleração quando comparado com o 4T11 (+3,9% face ao 4T10). Este desempenho notável, claramente alavancado no sucesso comercial do Meo, está a impulsionar o crescimento dos serviços double e triple-play. Em resultado deste sucesso, o peso dos serviços não voz no segmento Residencial atingiu 62,5% das receitas no 1T12, um aumento de 5,4pp face ao 1T11 e o peso das receitas de tarifas fixas atingiu 86,6% (um aumento de 1,7pp face ao 1T11).

Pessoal

No 1T12, o número de clientes móveis do segmento Pessoal, incluindo clientes de voz e banda larga, diminuiu 0,9% face ao 1T11 (44 mil desligamentos líquidos no período), com o aumento dos clientes pós-pagos (+4,9% face ao 1T11, 14 mil adições líquidas), não compensando a diminuição dos clientes pré-pagos (-2,1% face ao 1T11, 57 mil desligamentos líquidos). A TMN continuou a apresentar um desempenho melhor nos clientes pós-pagos, aproveitando o sucesso comercial dos planos tarifários "Unlimited" e o contínuo aumento da base de clientes de banda larga móvel. O sólido desempenho dos planos tarifários "e nunca mais acaba" beneficiou a performance dos clientes pré-pagos.

Dados operacionais • Segmento Pessoal

	1T12	1T11	Δ11/12
Clientes móveis ('000)	5.889	5.939	(0,9%)
Pós-pagos	1.077	1.027	4,9%
Pré-pagos	4.811	4.912	(2,1%)
Adições líquidas ('000)	(44)	(24)	(82,3%)
Pós-pagos	14	6	149,7%
Pré-pagos	(57)	(29)	(94,9%)
MOU (minutos)	91	85	7,1%
ARPU (euros)	8,8	9,6	(8,8%)
Cliente	8,0	8,6	(7,1%)
Interligação	0,8	1,0	(23,5%)
SARC (euros)	27,1	25,4	6,8%
Dados em % das receitas de serviço (%)	32,7	32,0	0,7pp

A estratégia da PT para o segmento Pessoal está ancorada nas ofertas de dados móveis, suportadas por uma rede de elevada qualidade que oferece a melhor cobertura e uma elevada capacidade de ir de encontro à necessidade cada vez maior de largura de banda por parte dos clientes e de fornecer a melhor qualidade de serviço do mercado. As ofertas comerciais da TMN incluem: (1) planos tarifários de voz e dados desenhados para integrar um serviço de voz ilimitado e planos de dados direcionados aos segmentos pós-pagos de maior valor e, no segmento pré-pago, para prevenir a migração para planos tarifários de menor valor através da oferta de serviços adicionais de voz e dados; (2) oferta de smartphones distinta, alavancada num portfólio abrangente de cerca de 30 smartphones,

02 Evolução dos negócios

incluindo equipamentos exclusivos, e em serviços inovadores de valor acrescentado e convergentes para usar em Mobilidade (TV móvel, aluguer de músicas, agregador de redes sociais, etc), e (3) ofertas de banda larga competitivas de até 100Mbps de velocidade, em 4G, e que permitem o acesso gratuito à rede nacional WiFi da PT, a rede líder do mercado.

Em março de 2012, a PT anunciou a sua estratégia de 4G com o lançamento de uma oferta de banda larga móvel que altera estruturalmente o mercado, na medida em que: (1) permite velocidades até 100Mbps, (2) inclui o acesso a canais de televisão em direto, através do Meo Go, e ao serviço de música, com o MusicBox, e (3) permite a partilha de tráfego entre vários dispositivos, incluindo o computador, através de uma placa móvel, o tablet e o smartphone. Desde o seu lançamento, o serviço 4G da PT está disponível para 20% da população portuguesa. Esta cobertura foi alargada para 80% da população, em abril, quando o espectro de 800MHz foi disponibilizado, e será alargada novamente para 90% da população até ao final de 2012. A PT está a comercializar os seus serviços de banda larga móvel 4G através das marcas TMN 4G e Meo 4G, com o objetivo de alavancar nos vários atributos e pontos fortes de cada marca. As ofertas comerciais têm velocidades de 50Mbps a 100Mbps e preços de retalho mensais que começam em 49,99 euros, com um desconto de 50% por um período de 24 meses para os primeiros clientes, e incluem o serviço de MusicBox gratuito. Os clientes da TMN 4G e Meo 4G que também sejam clientes Meo têm acesso gratuito a 50 canais de televisão em direto através do serviço Meo Go. De outra forma, o serviço Meo Go tem um preço mensal de 7,99 euros. Ainda em março de 2012, como parte do enfoque estratégico em inovação, a TMN anunciou um novo serviço de pagamento móvel com a marca "TMN Carteira", que permite aos clientes pagar pequenas compras através de um dos seguintes meios: (1) SMS (2); USSD, (3) NFC - Near Field Communication, e (4) código QR. Este serviço está disponível para todos os tipos de telemóveis, incluindo smartphones, e encontra-se atualmente em período experimental.

No 1T12, as receitas de cliente do segmento Pessoal diminuíram 8,1% face ao 1T11 para 142 milhões de euros, apresentando um desempenho relativamente estável face ao 2S11 (4T11: -7,7%; 3T11: -6,8%; 2T11: -8,9%, e 1T11: -9,4%). Este desempenho foi penalizado pelas condições económicas, traduzindo-se num menor nível de confiança dos consumidores e numa agressividade contínua ao nível dos preços, tanto em voz como em banda larga móvel. As receitas de cliente refletem também uma quebra proveniente dos serviços de banda larga móvel, num cenário de alta popularidade de banda larga fixa e concorrência nos preços, não obstante o crescimento das receitas de "internetnotelemóvel", especialmente nos serviços prépagos. As receitas de serviço no segmento Pessoal diminuíram 9,8% no 1T12 face ao 1T11, em resultado da diminuição das receitas de interligação (-24,3% no 1T12 face ao 1T11, para 14 milhões de euros), refletindo a diminuição das MTRs. O ARPU do segmento Pessoal foi de 8,8 euros (-8,8% face ao 1T11). O peso das receitas não voz nas receitas de serviço foi de 32,7% no 1T12 (+0,7pp face ao 1T11), refletindo a maior popularidade dos smartphones e maior penetração dos serviços de internet móvel tais como "internetnotelemóvel", já referido anteriormente. A tendência das receitas do segmento Pessoal apresentou uma ligeira melhoria (1T12: -9,8%; 4T11: -10,7%, 3T11: -10,8%).

Empresas

O segmento Empresas inclui serviços de voz e dados, fixos e móveis, e ofertas convergentes e integradas de TI fornecidas a empresas de grande, média e pequena dimensão. Neste segmento, a PT pretende aumentar a sua base de receitas, para mais do que a conectividade, aproveitando oportunidades no setor das TIC, sustentadas em soluções avançadas para empresas e investimentos em centros de dados de desempenho superior, de forma a responder à procura de serviços que exigem maior largura de banda e virtualização.

02 Evolução dos negócios

A proposta de valor para os clientes de grandes empresas está sustentada nos seguintes pilares: (1) maximizar o valor dos serviços de telecomunicações tradicionais através do up-selling de serviços adicionais, incluindo serviços convergentes fixo-móvel de fibra, de forma a agregar serviços VPN, gestão de LANs e serviços de vídeo; (2) transformação das TI acelerada pelo cloud computing, onde a PT pretende alavancar nas parcerias com fornecedores líderes nas suas áreas de forma a permitir o processo de transformação do negócio e reduções significativas de custos para os clientes empresariais; (3) alavancar na especialização de forma a obter economias de escala, incluindo o enfoque no outsourcing e no BPO para melhorar a produtividade, e (4) introduzir uma abordagem de consultoria de negócio de forma a alargar os serviços prestados a empresas para serviços de vídeo, multiscreeen e serviços convergentes muito diferenciadores.

No segmento das pequenas e médias empresas, a PT pretende integrar as suas ofertas de serviços, incluindo ofertas de voz e dados, fixos e móveis, com acesso a equipamentos subsidiados (PCs, PBX, smartphones e tablets), enquanto ao mesmo tempo pretende disponibilizar soluções verticais para setores específicos (ex: restaurantes e pastelarias, retalho, saúde). Neste segmento, a principal prioridade estratégica em 2011 foi aumentar a proatividade comercial, com enfoque no crescimento dos produtos core.

Durante o 1T12, a PT continuou a investir significativamente na sua oferta de cloud computing, quer para grandes empresas como para pequenas e médias, tendo agora disponíveis ofertas estruturadas, SmartcloudPT, que incluem infraestrutura como serviço (IaaS), plataforma como serviço (PaaS) e software como serviço (SaaS).

Dados operacionais - Segmento Empresas

	1T12	1T11	Δ11/12
Acessos fixos de retalho ('000)	1.039	1.099	(5,5%)
PSTN/RDIS	769	856	(10,2%)
Clientes de banda larga	197	186	5,6%
Clientes de TV	74	57	30,3%
RGU de retalho por acesso	1,35	1,28	5,3%
Clientes móveis ('000)	1.504	1.406	6,9%
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	(48)	(17)	(174,1%)
PSTN/RDIS	(58)	(16)	(253,8%)
Clientes de banda larga	4	(4)	203,6%
Clientes de TV	6	3	100,2%
Clientes móveis ('000)	59	17	248,7%
ARPU (euros)	24,4	27,0	(10,0%)
Receitas não-voz em % das receitas (%)	47,2	45,4	1,8pp

As receitas operacionais do segmento Empresas diminuiram 9,8% face ao 1T11, para 226 milhões de euros, penalizadas pelo ambiente económico: (1) as grandes empresas estão focadas na redução de custos, o que se traduz numa pressão do consumo e dos preços, evitando também investir em grandes projetos, e (2) a PME, que mostravam alguma resiliência em 2011, estão a ser fortemente penalizadas pelo contexto económico e financeiro. Não obstante o cenário económico, a PT manteve uma liderança sólida tanto nas grandes empresas como nas PME, ancorada nos seus produtos e serviços diferenciados para os segmentos de mercados referidos acima. No 1T12, os serviços não voz representaram 47,2% das receitas de retalho do segmento Empresas, mais 1,8pp face ao 1T11.

02 Evolução dos negócios

Desempenho financeiro consolidado em Portugal

No 1T12, as receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal diminuíram 5,2% face ao 1T11, para 680 milhões de euros. Este desempenho refletiu a diminuição das receitas nos segmentos Pessoal e Empresas (25 milhões de euros e 18 milhões de euros, respetivamente), num contexto económico desafiante, e menores receitas do negócio de listas telefónicas (3 milhões de euros), que mais do que compensou o aumento de 4,6% no segmento Residencial (8 milhões de euros). No 1T12, as receitas em Portugal também foram penalizadas por alterações regulatórias adversas, incluindo menores MTRs (6 milhões de euros) e menores preços de roaming (1 milhão de euros). Excluindo os efeitos regulatórios, as receitas teriam diminuído 4,2% no 1T12 face ao 1T11.

Apesar da pressão existente sobre as receitas nos negócios de telecomunicações em Portugal, as medidas implementadas para controlar os custos e as iniciativas de transformação que estão a ocorrer estão a permitir a PT reduzir custos e manter as margens acima de 45%.

Demonstração dos resultados • op. de telecomunicações portuguesas ⁽¹⁾		Milhões de euros		
	1T12	1T11	Δ11/12	
Receitas operacionais	680,4	717,3	(5,2%)	
Residencial	176,9	169,1	4,6%	
Receitas de serviço	173,2	166,2	4,2%	
Vendas e outras receitas	3,8	2,9	29,2%	
Pessoal	169,3	187,7	(9,8%)	
Receitas de serviço	155,2	172,0	(9,8%)	
Receitas de cliente	141,6	154,0	(8,1%)	
Receitas de interligação	13,6	18,0	(24,3%)	
Vendas e outras receitas	14,1	15,7	(10,1%)	
Empresas	226,0	250,5	(9,8%)	
Serviços a prestadores, outros e eliminações	108,2	110,0	(1,7%)	
Custos operacionais	372,7	386,7	(3,6%)	
Custos com pessoal	60,3	62,8	(4,0%)	
Custos directos dos serviços prestados	115,6	121,6	(5,0%)	
Custos comerciais	71,7	65,0	10,3%	
Outros custos operacionais	125,1	137,2	(8,8%)	
EBITDA ⁽²⁾	307,7	330,7	(7,0%)	
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	13,3	12,0	10,4%	
Amortizações	166,9	175,2	(4,7%)	
Resultado operacional ⁽³⁾	127,5	143,5	(11,1%)	
Margem EBITDA	45,2%	46,1%	(0,9pp)	
Capex	114,9	101,4	13,3%	
Capex em % das receitas operacionais	16,9%	14,1%	2,8pp	
EBITDA menos Capex	192,8	229,3	(15,9%)	

(1) Os negócios em Portugal incluem os antigos segmentos rede fixa e TMN. (2) EBITDA = resultado operacional + custos com benefícios de reforma + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

No 1T12, os custos operacionais excluindo amortizações e depreciações diminuíram 3,6% face ao 1T11 (14 milhões de euros), para 373 milhões de euros, num cenário de intensa actividade comercial. Os custos com pessoal diminuíram 4,0% face ao 1T11 (3 milhões de euros), para 60 milhões de euros, em resultado do enfoque na redução de custos, incluindo: (1) menores remunerações variáveis e horas extraordinárias; (2) maiores níveis de eficiência em determinados processos internos, e (3) menores custos com pessoal, em resultado do plano de reestruturação implementado no 4T11. Os custos directos diminuíram 5,0% no 1T12 (6 milhões de euros), para 116 milhões de

02 Evolução dos negócios

euros, refletindo principalmente: (1) menores custos de tráfego na TMN, no seguimento dos cortes regulados nas MTRs e menores custos de interligação em roaming; (2) menores custos associados ao negócio de listas telefónicas, e (3) menores custos associados com a prestação de serviços de rede às escolas. No 1T12, não obstante o forte crescimento da base de clientes, os custos de programação aumentaram apenas 1,1% face ao 1T11, para 32 milhões de euros, enquanto os custos de programação por cliente diminuíram 20,4% face ao 1T11. Os custos comerciais aumentaram 10,3% no 1T12 face ao 1T11 (7 milhões de euros), para 72 milhões de euros, refletindo uma maior actividade comercial (adições líquidas de televisão por subscrição aumentaram 50,1% no 1T12 face ao 1T11). As outras despesas operacionais diminuíram 8,8% no 1T12 face ao 1T11, para 125 milhões de euros, explicada por menores custos com manutenção e reparação, no seguimento da implementação da rede FTTH da PT e menores custos com fornecimento e serviços externos. Os benefícios estruturais nos custos com a rede de FTTH e a transformação extensiva no programa de field force são agora visíveis através da melhoria da qualidade de serviço e de menores custos de estrutura.

No 1T12, o EBITDA em Portugal ascendeu a 308 milhões de euros (-7,0% face ao 1T11), com uma margem de 45,2% (-0,9pp face ao 1T11), refletindo um foco muito sólido na redução de custos e na rentabilidade. O desempenho do EBITDA reflecte a diminuição das receitas de serviço (40 milhões de euros), que têm uma maior alavancagem operacional. Com efeito, as receitas de serviço menos os custos diretos diminuíram 34 milhões de euros, enquanto o EBITDA diminuiu apenas 23 milhões de euros. Este desempenho robusto foi alcançado num contexto de forte actividade comercial, tal como referido anteriormente. Excluindo os custos comerciais, o EBITDA teria diminuído apenas 4,1% no 1T12 face ao 1T11.

No 1T12, o capex aumentou 13,3%, face ao 1T11, para 115 milhões de euros, enquanto o capex relativo a clientes atingiu 50 milhões de euros (15% face ao 1T11), representando 44% do total do capex em Portugal, em resultado do aumento de clientes no segmento Residencial nos últimos trimestres que mais que compensou a redução dos custos unitários dos equipamentos. O capex de infraestrutura aumentou 30% face ao 1T11, para 50 milhões de euros, em resultado: (1) do investimento em novas tecnologias, incluindo a implementação da rede FTTH na sequência do aumento da penetração de clientes de fibra; (2) do aumento de cobertura das estações base da TMN com fibra, e (3) implementação da rede 4G. O EBITDA menos capex ascendeu a 193 milhões de euros no 1T12. No futuro, e particularmente em 2012, o capex dos negócios de telecomunicações em Portugal da PT tenderá a decrescer a um ritmo de dois dígitos, à medida que a implementação da rede de fibra da PT esteja concluída e não obstante a implementação da rede LTE da PT em 2012. O capex no negócio de telecomunicações em Portugal deve diminuir cerca de 100 milhões de euros em 2012, quando comparado com 2011.

Negócios Internacionais

Oi

A Oi reorganizou as suas unidades de negócios, tendo como objetivo alterar a visão por produtos para uma visão de clientes, tendo definido três principais segmentos de clientes e prioridades: (1) Residencial: alavancar a maior base de clientes residenciais no Brasil; (2) Mobilidade Pessoal: melhorar a competitividade para aumentar a quota de mercado, e (3) Empresarial/PMEs: focado em manter a posição de liderança no segmento e entrar em novos mercados. Como parte da reorganização, a empresa implementou também uma estratégia comercial mais agressiva, estruturas comerciais regionais, reestruturou a sua rede de distribuição e reforçou os investimentos em rede e inovação.

02 Evolução dos negócios

No 1T12, as unidades geradoras de receita (RGUs) da Oi ascenderam a 70.826 mil, um aumento de 7,2% face ao 1T11, incluindo: 17.850 mil RGUs residenciais (-2,3% face ao 1T11), 44.106 mil clientes móveis do segmento Pessoal, que aumentaram 12,2%, face ao 1T11, e 8.112 mil RGUs do segmento Empresarial, um aumento de 5,5% face ao 1T11.

Dados operacionais • Oi			
	1T12	1T11	Δ11/12
Residencial (RGUs '000)	17.850	18.266	(2,3%)
Linhas fixas	12.841	13.925	(7,8%)
Clientes de Banda larga fixa	4.614	3.999	15,4%
Clientes de TV por subscrição	396	341	16,1%
ARPU (R\$)	63,1	66	(4,0%)
Mobilidade Pessoal	44.106	39.294	12,2%
Clientes pré-pago	38.536	34.634	11,3%
Clientes pós-pago + Oi controle	5.570	4.660	19,5%
ARPU (R\$)	21,3	20,7	2,9%
Empresas	8.112	7.690	5,5%
Linhas fixas	5.192	4.998	3,9%
Clientes de Banda larga	535	514	4,1%
Clientes móveis	2.385	2.178	9,5%
Outros	757	824	(8,1%)
RGUs ('000)	70.826	66.074	7,2%

No 1T12, no segmento Residencial, a Oi apresentou uma desaceleração na tendência de perda de linhas e uma aceleração da banda larga e da TV por subscrição, o que contribuiu para a inversão da tendência histórica da rede fixa. Este desempenho foi conseguido devido: (1) à reestruturação dos planos tarifários fixos, (2) ao fortalecimento das ofertas convergentes, e (3) ao aumento das velocidades de banda larga.

A reestruturação da oferta Residencial da Oi visa tornar mais atrativo e competitivo o seu serviço fixo, nomeadamente, quando comparada com ofertas móveis, fornecendo benefícios adicionais aos clientes. Esta reestruturação abrangente incluiu: (1) planos tarifários mais competitivos, oferecendo chamadas ilimitadas para os clientes de rede fixa e móvel da Oi, (2) introdução da possibilidade de opção de chamadas ilimitadas de longa distância, (3) o aumento de largura de banda nas ofertas de banda larga fixa ("Oi Velox"), com velocidades de download até 20 Mbps; (4) lançamento de planos de banda larga mais abrangentes e competitivos, nomeadamente, "Oi Internet Total", lançado no 4T11, que inclui fixo ("Oi Velox") e banda larga móvel ("Oi Velox 3G") e Wi-Fi ("Oi WiFi"); (5) lançamento de ofertas convergentes, nomeadamente, "Oi Conta Total", com novos planos de preços, lançado no 4T11, incluindo serviços fixos e planos de dados para telemóveis e a oferta de banda larga móvel "Velox 3G", e (6) fortalecimento da oferta da Oi TV, incluindo conteúdos adicionais, nomeadamente, o canal aberto TV Globo, os canais Globosat, o campeonato de futebol brasileiro através do Premiere FC, e outros canais de entretenimento.

Estas iniciativas já estão refletidas no desempenho da Oi no 1T12. A média da velocidade de acesso da banda larga fixa situou-se nos 2,6Mbps no 1T12 (+37% face ao 1T11) e 24,1% dos clientes de banda larga tinha serviços com velocidades acima de 5Mbps, o que compara com 23,8% no 4T11. Adicionalmente, aproximadamente 50% dos clientes com velocidades acima de 5Mbps já tinha velocidades superiores a 10Mbps. Com efeito, não obstante o aumento da penetração da banda larga fixa, o peso dos clientes que têm velocidades mais elevadas (acima de 5 Mbps) continua a aumentar. Em resultado do aumento da atratividade das ofertas convergentes da Oi, a "Oi Conta

02 Evolução dos negócios

Total" atingiu os 1.632 mil clientes ativos (+5,4% quando comparado com o 4T11). Os clientes residenciais de banda larga da Oi atingiram os 4.614 mil (+15,4% face ao 1T11 e 4,6% face ao 4T11) e o número total dos clientes de banda larga fixa (residenciais e empresariais), atingiram os 5.149 mil clientes (+14,1% face ao 1T11 e 4,3% face ao 4T11). Os clientes Oi TV atingiram os 396 mil no 1T12 (+16,1% face ao 1T11 e 12,8% face ao 4T11), com 45 mil adições líquidas no 1T12.

Os clientes móveis da Oi situaram-se nos 46.491 (+12,1% face ao 1T11), com 985 mil adições líquidas no 1T12 e 5.794 mil adições brutas. No segmento Mobilidade Pessoal, os clientes móveis da Oi ascenderam a 44.106 (+12,2% face ao 1T11) com adições líquidas de 843 mil e adições brutas de 5,5 milhões no 1T12. A Oi está focada no crescimento do segmento pós-pago e em aumentar a rentabilidade do segmento pré-pago. No segmento Mobilidade Pessoal, os clientes pós-pagos aumentaram 19,5%, no 1T12 face ao 1T11, atingindo os 5.570 mil clientes (incluindo o "Oi Controle"), com 285 mil adições líquidas. Em março de 2012, a Oi obteve a maior quota de mercado de adições líquidas no segmento pós-pago no mercado brasileiro. Este desempenho foi conseguido devido ao fortalecimento das ofertas da Oi, com o aumento dos seus benefícios, incluindo tráfego de voz on-net ilimitado para todos os planos pós-pagos. Durante o 1T12, no segmento Mobilidade Pessoal, a Oi focou-se na reestruturação dos tarifários pré-pagos, tornando a sua oferta mais clara e simples, incluindo bónus diários, dependentes da quantidade de recargas, que permitem enviar mensagens on-net e off-net e realizar chamadas locais e de longa distância para Oi Móvel e Oi Fixo. Os clientes pré-pagos situaram-se nos 38.536 mil, um aumento de 11,3%, no 1T12 face ao 1T11, representando 87,4% da base de clientes do segmento Mobilidade Pessoal.

Antecipando a oportunidade de crescimento do segmento Empresarial, num contexto económico favorável, a Oi criou uma nova área de negócio direcionada para este segmento. Em fevereiro de 2012, a Oi lançou o "Smart Cloud Oi", tornando-se o primeiro operador no Brasil a lançar uma oferta de cloud computing para o segmento Empresarial. Os clientes do segmento Empresarial da Oi ascenderam a 8.112 mil no 1T12, um aumento de 5,5% face ao 1T11, impulsionado pelo crescimento das linhas fixas e do móvel, crescimento de dados, nomeadamente das placas 2G e 3G, e pelo crescimento dos circuitos alugados.

As iniciativas para reforçar os canais de distribuição, tais como o aumento de lojas próprias, mudanças no modelo de comissões e mais formação dos agentes de vendas, contribuiu também para sustentar o desempenho operacional no trimestre em todos os segmentos.

No 1T12, as receitas líquidas consolidadas proforma da Oi, como preparadas pela Oi, diminuíram 1,9% face ao 1T11, para 6.802 milhões de reais.

As receitas do segmento Residencial da Oi diminuíram 11,5% no 1T12 face ao 1T11, para os 2.429 milhões de reais. O desempenho das receitas do segmento Residencial é explicado principalmente por menores receitas de voz fixa, devido à diminuição das linhas fixas, que mais do que compensou o aumento das receitas de banda larga e de TV por subscrição, devido ao aumento da base de clientes "Oi Velox" e Oi TV.

02 Evolução dos negócios

Receitas consolidadas • Oi	Milhões de reais, 100%		
	1T12	1T11	Δ11/12
Residencial	2.429	2.746	(11,5%)
Mobilidade Pessoal	2.106	1.867	12,8%
Serviços	1.501	1.313	14,3%
Uso de Rede	580	550	5,5%
Material de Revenda	25	4	n.s.
Empresas	2.111	2.127	(0,8%)
Outros serviços	155	193	(19,7%)
Receita Líquida proforma	6.802	6.933	(1,9%)

As receitas do segmento Mobilidade Pessoal da Oi situaram-se nos 2.106 milhões de reais, tendo aumentado 12,8%, no 1T12 face ao 1T11, em resultado de maiores receitas de assinatura, devido ao aumento da base de clientes pós-pagos, aumento das receitas de tráfego e de serviços de dados e de valor acrescentado, nomeadamente receitas dos serviços 3G, impactadas pelo sucesso das novas ofertas de dados. No 1T12, as receitas de serviço aumentaram 14,3%, face ao 1T11, para os 1.501 milhões de reais.

Demonstração dos resultados pro-forma ⁽¹⁾ • Oi	Milhões de reais, 100%		
	1T12	1T11	Δ11/12
Receita Líquida pro-forma	6.802	6.933	(1,9%)
Custos operacionais pro-forma	4.789	4.948	(3,2%)
Interligação	1.163	1.185	(1,9%)
Custos com pessoal	482	423	13,9%
Materiais	27	38	(28,9%)
Custo das mercadorias vendidas	57	41	39,0%
Serviços de Terceiros	1.876	1.726	8,7%
Publicidade e Propaganda	115	138	(16,7%)
Alugueres e Seguros	455	396	14,9%
Provisão para cobrança duvidosa	200	272	(26,5%)
Outras Desp. (Rec.) Operac.	414	728	(43,1%)
EBITDA pro-forma ⁽²⁾	2.012	1.985	1,4%
Margem EBITDA	29,6%	28,6%	1,0pp

(1) Os resultados proforma equivalem aos números da antiga TNL como se as incorporações tivessem ocorrido em 1 de janeiro de 2012. Os resultados da Oi consolidados proporcionalmente pela PT diferem dos valores apresentados na tabela acima uma vez que são ajustados de forma a incluir a amortização dos ativos intangíveis reconhecidos no âmbito da alocação do preço de compra deste investimento e a cumprir com as políticas, estimativas e critérios contabilísticos da PT, incluindo diferenças relativamente ao formato da demonstração dos resultados. (2) EBITDA = resultado operacional + amortizações.

O EBITDA, como reportado pela Oi, aumentou 1,4%, no 1T12 face ao 1T11, para 2.012 milhões de reais, com uma margem de 29,6% (+1,0% face ao 1T11). No 1T12, o desempenho do EBITDA reflete, principalmente, menores despesas operacionais (-3,2% face ao 1T11 para 4.789 milhões de reais). No 1T12, os custos de interligação diminuíram 1,9%, face ao 1T11, para 1.163 milhões de reais, devido a menor tráfego de saída, nomeadamente, no segmento fixo. As provisões para clientes de cobrança duvidosa diminuíram 26,5%, no 1T12 face ao 1T11, para 200 milhões de reais, devido a uma maior eficácia nas cobranças, nomeadamente, no segmento Empresarial. Este desempenho foi alcançado apesar do aumento dos: (1) custos com pessoal (+13,9% face ao 1T11), em resultado do aumento do número de colaboradores e da reorganização organizacional, incluindo novas estruturas comerciais regionais, integradas na estratégia de melhoria do desempenho operacional regional, como referido acima, e (2) serviços de terceiros (+8,7% face ao 1T11), devido principalmente a maiores custos de manutenção, visando a melhoria da qualidade dos serviços.

02 Evolução dos negócios

Outros ativos internacionais

No 1T12, os outros ativos internacionais, numa base proforma, aumentaram as suas receitas proporcionais em 22,1% face ao 1T11, para 125 milhões de euros, e o EBITDA aumentou 18,4%, face ao 1T11, para 59 milhões de euros, em resultado de um sólido desempenho operacional e financeiro da maioria dos ativos internacionais da PT e não obstante os elevados níveis de penetração dos serviços em alguns mercados e os impactos cambiais negativos.

Demonstração de resul. proporcional dos outros ativos internacionais ⁽¹⁾	Milhões de euros		
	1T12	1T11	Δ11/12
Receitas operacionais	124,7	102,1	22,1%
EBITDA ⁽²⁾	59,5	50,2	18,4%
Amortizações	13,8	11,5	19,1%
Resultado operacional ⁽³⁾	45,7	38,7	18,2%
Margem EBITDA	47,7%	49,2%	(1,5pp)

(1) Consolidação proforma dos outros ativos internacionais considerando as participações detidas pela PT. (2) EBITDA = resultado operacional + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

Destques dos principais ativos em África e na Ásia (1T12) ⁽¹⁾	Milhões (financeiros)							
	Posição	Rec. local	Δ10/11	EBITDA local	Δ11/12	Margem	Rec. euro	EBITDA euro
Unitel, Angola ^{(2) (4)}	25,00%	466	17,6%	265	20,7%	56,9%	355	202
MTC, Namíbia ^{(3) (4)}	34,00%	445	22,9%	203	7,6%	45,5%	44	20
CVT, Cabo Verde ^{(3) (4)}	40,00%	2.312	21,4%	1.140	5,1%	49,3%	21	10
CST, S.Tomé e Príncipe ^{(3) (4)}	51,00%	70.692	(8,0%)	16.637	(13,4%)	23,5%	3	1
CTM, Macau ⁽²⁾	28,00%	1.127	24,4%	326	2,4%	28,9%	108	31
Timor Telecom, Timor-Leste ⁽³⁾	41,12%	17	11,3%	9	10,3%	55,7%	13	7

(1) Referente a 100% das empresas. A PT tem contratos de gestão na CVT, CST e Timor Telecom. (2) Método de equivalência patrimonial. (3) Método de consolidação integral. (4) Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT.

No 1T12, as receitas e o EBITDA da Unitel, em kwanzas angolanos, aumentaram 19,8% e 22,7%, face ao 1T11, respetivamente, e em dólares aumentaram 17,6% e 20,7%, para 466 milhões de dólares e 265 milhões de dólares, respetivamente. No 1T12, a Unitel apresentou um forte desempenho operacional e financeiro, suportado por campanhas comerciais bem sucedidas com o objetivo de promover os serviços de voz e de aumentar a penetração da banda larga móvel. A Unitel lançou também várias iniciativas destinadas a reforçar os canais de distribuição e melhorar a qualidade da sua rede.

No 1T12, as receitas e o EBITDA da MTC aumentaram 22,9% e 7,6%, face ao 1T11, atingindo 445 milhões de dólares namibianos e 203 milhões dólares namibianos, respetivamente. No 1T12, a margem EBITDA foi de 45,5%. As receitas de dados representavam 22,8% das receitas de serviço, uma das mais elevadas do continente. Em março de 2012, a MTC ultrapassou a marca dos 2 milhões de clientes. No 1T12, a MTC centrou a sua atividade comercial e de marketing: (1) no lançamento de uma nova campanha para celebrar a conquista dos 2 milhões de clientes; (2) em campanhas para promover a utilização dos serviços, e (3) em impulsionar o aumento dos clientes de banda larga, sob a marca Netman.

No 1T12, as receitas da CVT aumentaram 21,4% face ao 1T11 para 2.312 milhões de escudos cabo-verdianos, enquanto o EBITDA aumentou 5,1% face ao 1T11 para 1.140 milhões de escudos cabo-verdianos. A margem EBITDA foi de 49,3%. No 1T12, as receitas móveis foram impactados positivamente pelo aumento das receitas de

02 Evolução dos negócios

dados e de roaming, enquanto as receitas da rede fixa foram impactadas positivamente pelo crescimento da banda larga. No 1T12, a CVT lançou: (1) novas ofertas comerciais para estimular a utilização da rede 3G; (2) serviços inovadores, tais como, Da\$aldo international (tráfego internacional adicional) e Stika-m-saldo (saldo adicional), e (3) novos canais de TV de forma a fortalecer ainda mais a dinâmica do mercado de IPTV. Os clientes de banda larga e de IPTV aumentaram significativamente, representando 29,0% e 11,8% da base de clientes de rede fixa (+4,5% no 1T12 face ao 1T11).

No 1T12, as receitas operacionais da CST diminuíram 8,0% face ao 1T11, para 70.692 milhões de dobras são-tomenses, e o EBITDA diminuiu 13,4%, face ao 1T11, para 16.637 milhões de dobras são-tomenses. A margem EBITDA foi de 23,5%. Excluindo determinadas reclassificações contabilísticas reconhecidas em 2011, as receitas teriam aumentado 4,6% face ao 1T11. Em março de 2012, a CST lançou serviços 3G e pretende atingir uma cobertura de 90% da população até ao final de 2012. No 1T12, o serviço móvel em São Tomé e Príncipe atingiu cerca de 70% de penetração.

No 1T12, as receitas e o EBITDA da CTM aumentaram 24,4% e 2,4% face ao 1T11, para 1.127 milhões de patacas e 326 milhões de patacas, respetivamente. A margem EBITDA situou-se em 28,9%. O aumento das receitas foi conseguido em resultado do aumento nas vendas de equipamentos. As receitas de dados representavam 24,3% das receitas de serviço. No 1T12, a CTM lançou várias campanhas de marketing com o objetivo de aumentar a penetração dos smartphones e da banda larga móvel.

No 1T12, as receitas e o EBITDA da Timor Telecom aumentaram 11,3% e 10,3% face ao 1T11, para 17 milhões de dólares e 9 milhões de dólares, respetivamente, principalmente em resultado do forte aumento da base de clientes. A margem EBITDA foi de 55,7%. No final de março de 2012, a Timor Telecom atingiu 616 mil clientes móveis. As receitas de dados representavam 17,7% das receitas de serviço. No 1T12, a Timor Telecom lançou diversas campanhas para estimular a utilização de voz e de dados e reforçou a sua rede de distribuição.

Demonstrações financeiras consolidadas

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011

		euros	
	Notas	1T12	1T11
RECEITAS			
Prestações de serviços		1.634.433.031	836.773.462
Vendas		34.657.035	23.824.130
Outras receitas		46.595.217	10.520.476
	5	1.715.685.283	871.118.068
CUSTOS, PERDAS E (GANHOS)			
Custos com o pessoal		293.252.394	156.770.781
Custos diretos dos serviços prestados		295.736.359	124.858.849
Custos comerciais		124.644.703	72.754.171
Fornecimentos, serviços externos e outras despesas		324.560.315	142.220.167
Impostos indiretos		63.284.301	11.766.537
Provisões e ajustamentos		42.505.435	5.311.303
Amortizações	11	346.728.330	196.359.967
Custos com benefícios de reforma	6	14.784.979	12.045.973
Custos com redução de efetivos	6	851.978	4.403.203
Perdas (ganhos) com a alienação de ativos fixos, líquidos		865.935	(86.171)
Outros custos, líquidos		9.396.897	2.814.606
		1.516.611.626	729.219.386
Resultado antes de resultados financeiros e impostos		199.073.657	141.898.682
CUSTOS E (GANHOS) FINANCEIROS			
Juros suportados (obtidos), líquidos	7	107.622.263	(17.317.460)
Ganhos em empresas participadas, líquidos	5	(46.244.340)	(80.180.563)
Outros custos financeiros, líquidos	8	35.238.755	41.907.002
		96.616.678	(55.591.021)
Resultado antes de impostos		102.456.979	197.489.703
Imposto sobre o rendimento	9	21.578.029	47.968.128
RESULTADO LÍQUIDO		80.878.950	149.521.575
Atribuível a interesses não controladores		24.414.693	19.792.588
Atribuível a acionistas da Portugal Telecom	10	56.464.257	129.728.987
Resultado líquido por ação			
Básico	10	0,07	0,15
Diluído	10	0,07	0,15

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL**

TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011

		euros	
	Notas	1T12	1T11
Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio			
Ajustamentos de conversão cambial			
Conversão de operações em moeda estrangeira (i)		(38.937.094)	(110.814.522)
Transferências para resultados (ii)		-	(37.794.036)
Benefícios de reforma			
Perdas atuariais líquidas	6	(22.764.768)	(16.351.201)
Efeito fiscal	9	5.691.192	4.087.800
Contabilidade de cobertura de instrumentos financeiros			
Variações no valor de mercado		7.034.912	2.443.141
Transferências para resultados		4.038.000	874.015
Efeito fiscal		(3.457.862)	(879.046)
Outros custos reconhecidos diretamente no capital próprio, líquidos		3.698.011	(136.536)
		(44.697.609)	(158.570.385)
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados			
		80.878.950	149.521.575
Total dos resultados reconhecidos			
		36.181.341	(9.048.810)
Atribuível a interesses não controladores			
		20.149.726	6.463.422
Atribuível aos acionistas da Portugal Telecom			
		16.031.615	(15.512.232)

(i) As perdas registadas nos trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011 estão relacionadas essencialmente com o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro nos investimentos na Oi e na Contax.

(ii) Em 2011, esta rubrica corresponde ao valor acumulado dos ajustamentos de conversão cambial sobre o investimento na UOL, o qual foi reclassificado para a demonstração dos resultados (Nota 5) na sequência da conclusão da alienação deste investimento em janeiro de 2011.

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2012

euros

	Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva de ações próprias	Reserva de reavaliação	Outras reservas e resultados acumulados	Capital próprio, excluindo interesses não controladores	Interesses não controladores	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2010	26.895.375	(178.071.827)	6.773.139	6.970.320	693.283.402	3.836.598.153	4.392.448.562	216.696.573	4.609.145.135
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(10.068.434)	(10.068.434)
Ações da Portugal Telecom adquiridas pela Oi	-	(61.490.592)	-	-	-	-	(61.490.592)	-	(61.490.592)
Interesses não controladores relacionados com a aquisição da Oi e da Contax	-	-	-	-	-	-	-	715.740.244	715.740.244
Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	(10.723.813)	(134.517.406)	(145.241.219)	(13.329.166)	(158.570.385)
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados	-	-	-	-	-	129.728.987	129.728.987	19.792.588	149.521.575
Saldo em 31 de março de 2011	26.895.375	(239.562.419)	6.773.139	6.970.320	682.559.589	3.831.809.734	4.315.445.738	928.831.805	5.244.277.543

euros

	Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva de ações próprias	Reserva de reavaliação	Outras reservas e resultados acumulados	Capital próprio, excluindo interesses não controladores	Interesses não controladores	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2011	26.895.375	(326.382.864)	6.773.139	6.970.320	556.543.594	2.557.270.220	2.828.069.784	914.102.973	3.742.172.757
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(24.567.256)	(24.567.256)
Aquisições, alienações e aumentos/reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	(12.825.000)	(12.825.000)
Reestruturação societária na Oi (Nota 1)	-	12.001.778	-	-	-	49.294.434	61.296.212	(271.876.616)	(210.580.404)
Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	(8.543.206)	(31.889.436)	(40.432.642)	(4.264.967)	(44.697.609)
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados	-	-	-	-	-	56.464.257	56.464.257	24.414.693	80.878.950
Saldo em 31 de março de 2012	26.895.375	(314.381.086)	6.773.139	6.970.320	548.000.388	2.631.139.475	2.905.397.611	624.983.827	3.530.381.438

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

31 DE MARÇO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

		euros	
		31 mar 2012	31 dez 2011
	Notas	31 mar 2012	Reexpressa (Nota 2)
ATIVO			
Ativo corrente			
Caixa e equivalentes de caixa		3.316.619.013	4.930.012.396
Investimentos de curto prazo		742.981.149	738.112.198
Contas a receber - clientes		1.507.754.168	1.580.334.752
Contas a receber - outros		340.326.147	332.635.396
Existências		147.721.825	133.506.967
Impostos a recuperar		370.956.284	374.500.400
Custos diferidos		145.792.700	73.584.328
Depósitos judiciais		240.370.843	229.321.275
Outros ativos correntes		20.090.221	41.028.329
Total do ativo corrente		6.832.612.350	8.433.036.041
Ativo não corrente			
Contas a receber		23.279.146	23.321.001
Impostos a recuperar		58.309.452	56.406.992
Investimentos financeiros		565.205.637	556.329.005
Ativos intangíveis	11	5.543.564.738	5.629.798.917
Ativos tangíveis	11	6.181.514.307	6.228.622.568
Benefícios de reforma	6	14.029.387	13.620.935
Ativos por impostos diferidos	9	1.258.139.814	1.247.784.040
Depósitos judiciais		892.563.735	854.761.888
Outros ativos não correntes		107.182.856	132.710.054
Total do ativo não corrente		14.643.789.072	14.743.355.400
Total do ativo		21.476.401.422	23.176.391.441
PASSIVO			
Passivo corrente			
Dívida de curto prazo	12	1.818.388.721	3.291.558.305
Contas a pagar		1.021.054.620	1.244.239.461
Acréscimos de custos		880.785.844	922.779.134
Proveitos diferidos		272.960.699	299.352.137
Impostos a pagar		414.423.019	411.776.877
Provisões		321.969.524	312.159.078
Outros passivos correntes		379.904.604	359.660.738
Total do passivo corrente		5.109.487.031	6.841.525.730
Passivo não corrente			
Dívida de médio e longo prazo	12	9.314.743.381	8.989.400.331
Contas a pagar		195.122.222	201.956.296
Impostos a pagar		323.256.605	314.374.825
Provisões		614.967.204	628.849.066
Benefícios de reforma	6	983.664.627	1.004.065.628
Passivos por impostos diferidos	9	1.031.454.049	1.052.457.228
Outros passivos não correntes		373.324.865	401.589.580
Total do passivo não corrente		12.836.532.953	12.592.692.954
Total do passivo		17.946.019.984	19.434.218.684
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social		26.895.375	26.895.375
Ações próprias		(314.381.086)	(326.382.864)
Reserva legal		6.773.139	6.773.139
Reserva de ações próprias		6.970.320	6.970.320
Reserva de reavaliação		548.000.388	556.543.594
Outras reservas e resultados acumulados		2.631.139.475	2.557.270.220
Capital próprio excluindo interesses não controladores		2.905.397.611	2.828.069.784
Interesses não controladores		624.983.827	914.102.973
Total do capital próprio		3.530.381.438	3.742.172.757
Total do capital próprio e do passivo		21.476.401.422	23.176.391.441

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011

	Notas	1T12	1T11
euros			
ATIVIDADES OPERACIONAIS (Nota 13.a)			
Recebimentos de clientes		1.980.050.535	1.052.978.226
Pagamentos a fornecedores		(1.010.883.949)	(375.715.306)
Pagamentos ao pessoal		(292.393.981)	(147.757.535)
Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento	13.b	(29.486.565)	(41.804.775)
Pagamentos relacionados com benefícios de reforma, líquidos	6	(62.325.955)	(36.114.871)
Pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros	13.c	(250.697.752)	(78.116.917)
Fluxos das atividades operacionais (1)		334.262.333	373.468.822
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Aplicações financeiras de curto prazo	13.d	667.591	325.018.837
Investimentos financeiros	13.e	23.445	155.586.883
Ativos tangíveis e intangíveis		529.929	309.508
Juros e proveitos similares	13.f	70.486.976	136.690.790
Dividendos	13.g	24.503.286	96.752.121
Outras atividades de investimento		965.278	1.443.046
		97.176.505	715.801.185
Pagamentos respeitantes a:			
Aplicações financeiras de curto prazo	13.d	(5.048.807)	(420.035.243)
Investimentos financeiros	13.h	(53.075)	(2.223.762.658)
Ativos tangíveis e intangíveis	13.i	(478.599.880)	(175.178.833)
Outras atividades de investimento		(34.245)	(14.586.447)
		(483.736.007)	(2.833.563.181)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(386.559.502)	(2.117.761.996)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	13.j	1.177.949.183	1.351.481.260
Subsídios		551.187	8.982
Outras atividades de financiamento		45.217	117.043
		1.178.545.587	1.351.607.285
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	13.j	(2.306.897.214)	(374.961.386)
Juros e custos similares	13.f	(191.828.335)	(144.955.378)
Dividendos	13.k	(192.586.087)	(1.104.338)
Outras atividades de financiamento	13.l	(31.576.011)	(16.393)
		(2.722.887.647)	(521.037.495)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(1.544.342.060)	830.569.790
Caixa e seus equivalentes no início do período		4.930.012.396	4.764.732.734
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(1.596.639.229)	(913.723.384)
Efeito das diferenças de câmbio		(16.754.154)	(7.470.191)
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3.316.619.013	3.843.539.159

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de março de 2012

(Montantes expressos em euros, exceto quando indicado)

1. Introdução

A Portugal Telecom, SGPS, SA ("Portugal Telecom") e as suas empresas participadas ("Grupo", "Grupo Portugal Telecom", ou "Empresa") operam essencialmente nos sectores de telecomunicações e multimédia em Portugal, no Brasil e em outros países de África e da Ásia. Estes serviços não sofreram alterações significativas no trimestre findo em 31 de março de 2012, quando comparados com os reportados pela Portugal Telecom no último relatório anual.

Em 27 de fevereiro de 2012, as assembleias gerais de acionistas da Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL"), Telemar Norte Leste S.A. ("Telemar"), Coari Participações ("Coari") e Brasil Telecom S.A. ("Brasil Telecom") aprovaram uma reorganização societária do Grupo Oi (a "Reorganização Societária"), no seguimento da qual a anterior estrutura societária composta pela TNL, Telemar, Coari e Brasil Telecom foi integrada na Brasil Telecom, a qual foi redenominada Oi, S.A. e passou a ser a única empresa do grupo cotada nos mercados de capitais Brasileiro e Americano. Esta Reorganização Societária consistiu em:

- A incorporação das ações da Telemar pela Coari, recebendo os acionistas da Telemar novas ações da Coari a serem emitidas, passando desta forma a Telemar a ser subsidiária integral da Coari;
- A fusão da Coari na Brasil Telecom, deixando a Coari de existir e tornando-se a Telemar subsidiária integral da Brasil Telecom;
- A fusão da TNL na Brasil Telecom, deixando a TNL de existir; e
- Uma bonificação em ações resgatáveis de emissão da Brasil Telecom a serem atribuídas exclusivamente aos acionistas da Brasil Telecom anteriores à incorporação, as quais, imediatamente após a sua emissão, seriam resgatadas pelo montante total de 1.502 milhões de Reais Brasileiros, situação que foi refletida no cálculo dos rácios de troca. Considerando o compromisso subjacente a estas operações, a Brasil Telecom reconheceu em 2011 este montante a pagar aos seus acionistas, incluindo 740 milhões de Reais Brasileiros a pagar ao seu antigo acionista controlador Coari Participações (49,3%), o qual era integralmente detido pela Telemar, e 762 milhões de Reais Brasileiros a pagar aos seus antigos acionistas não controladores. Consequentemente, a Portugal Telecom consolidou proporcionalmente o passivo relativo aos acionistas não controladores no montante de 86 milhões de euros à data da deliberação, o qual foi incluído na rubrica "Outros passivos correntes". Em 9 de abril de 2012, a Oi, S.A. pagou o montante devido aos acionistas não controladores (Nota 15).

Em resultado da aprovação da Reorganização Societária e tendo terminado em 29 de março de 2012 o período de um mês durante o qual os acionistas podiam exercer os seus direitos de recesso, as participações no capital da Oi, S.A. (antiga Brasil Telecom) detidas diretamente por empresas consolidadas proporcionalmente nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom são como segue: (1) a Telemar Participações detém uma participação de 17,70% e mantém-se como acionista controlador do Grupo Oi, com 56,43% dos direitos de voto da Oi, S.A.; (2) Portugal Telecom detém uma participação de 15,54%, através da sua subsidiária integral Bratel Brasil, S.A.; e (3) a AG Telecom Participações, S.A. e a LF Tel, S.A. detém uma participação de 4,54% cada uma. Consequentemente, a nova participação efetiva detida pela Portugal Telecom no Grupo Oi, o qual inclui 100% da Telemar e da Brasil Telecom e antes da reorganização incluía 100% da Telemar e 49,3% da Brasil Telecom, diminuiu da participação direta e indireta de 25,31% anteriormente detida na Telemar para uma participação direta e indireta de 23,25% na Oi, S.A.. A participação direta e indireta da Portugal Telecom na

Telemar Participações (25,62%) não sofreu qualquer alteração em resultado deste processo e portanto a Portugal Telecom continua a consolidar proporcionalmente o Grupo Oi com base nesta percentagem.

Em 9 de abril de 2012 (Nota 15), no âmbito da Reorganização Societária acima explicada, a Oi, S.A. pagou um montante total de 2,0 mil milhões de Reais Brasileiros (211 milhões de euros) relativamente ao exercício dos direitos de recesso pelos acionistas com direito a tal, tendo o montante consolidado proporcionalmente sido incluído na rubrica "Outros passivos correntes" da Demonstração Consolidada da Posição Financeira da Portugal Telecom em 31 de março de 2012. Também em 9 de abril de 2012, no âmbito da bonificação em ações resgatáveis da Brasil Telecom acima mencionada, a Oi, S.A. pagou aos seus antigos acionistas não controladores antes da Reorganização Societária um montante de 762 milhões de Reais Brasileiros (80 milhões de euros), o qual foi incluído na Demonstração Consolidada da Posição Financeira da Portugal Telecom em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 na rubrica "Outros passivos correntes".

No âmbito da Reorganização Societária acima mencionada, a Portugal Telecom registou um ganho diretamente no capital próprio (antes de interesses não controladores) no montante de 61 milhões de euros, o qual reflete (1) um ganho de 252 milhões de euros correspondente à redução no valor contabilístico dos interesses não controladores, explicado essencialmente por uma maior diferença entre o justo valor e o valor contabilístico da Telemar, em comparação com essa mesma diferença aplicável à Brasil Telecom, e (2) uma perda de 191 milhões de euros correspondente ao montante pago pelo Oi relativamente ao exercício dos direitos de recesso (211 milhões de euros), líquido do efeito em interesses não controladores (19 milhões de euros). Tendo em conta que esta reestruturação não envolveu a aquisição ou perda de controlo por qualquer das empresas envolvidas neste processo de reestruturação, uma vez que a Telemar Participações se manteve como acionista controlador e a Portugal Telecom manteve a sua posição de controlo conjunto sobre o Grupo Oi, esta transação foi reconhecida como uma transação de capital, com a redução nos interesses não controladores a ser registada como um ganho diretamente no capital próprio.

Não obstante a Reorganização Societária do Grupo Oi, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral e dos Fluxos de Caixa para o trimestre findo em 31 de março de 2012 incluem os resultados e fluxos de caixa de todas as Empresas Oi desde 1 de janeiro de 2012.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para publicação em 15 de maio de 2012.

2. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade Nº. 34 "IAS 34 *Relato Financeiro Intercalar*". Estas demonstrações financeiras não incluem toda a informação requerida pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), pelo que devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Adicionalmente, são divulgadas no relatório de gestão intercalar explicações complementares sobre as principais variações nos proveitos e custos, pelo que estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares deverão ser lidas em conjunto com esse relatório de gestão.

Nestas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são utilizados os mesmos princípios de consolidação aplicados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do último relatório anual.

Alterações no perímetro de consolidação

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2012 não ocorreram quaisquer alterações relevantes no perímetro de consolidação do Grupo.

Em 28 de março de 2011, a Portugal Telecom concluiu o processo de aquisição do seu investimento na Oi e na Contax e os acordos com os acionistas controladores destas empresas, por um montante total de 3.728 milhões de euros, no seguimento do qual consolidou proporcionalmente os ativos e passivos destas empresas a partir de 31 de março de 2011 e os seus resultados desde 1 de abril de 2011. Deste modo, as demonstrações consolidadas dos resultados e dos fluxos de caixa relativas ao primeiro trimestre de 2012 não são inteiramente comparáveis com as mesmas demonstrações financeiras relativas ao período homólogo do ano anterior, uma vez que os resultados e fluxos de caixa da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores não foram consolidados proporcionalmente no trimestre findo em 31 de março de 2011.

Para um melhor entendimento das alterações ocorridas na Demonstração Consolidada dos Resultados, a tabela abaixo apresenta informação sobre a contribuição da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores para o resultado líquido atribuível aos acionistas da Portugal Telecom no trimestre findo em 31 de março de 2012:

Demonstração dos Resultados (i)	milhões de euros
RECEITAS	936
CUSTOS, DESPESAS E PERDAS	
Custos com o pessoal	188
Custos diretos	177
Commercial costs	39
Fornecimentos, serviços externos e outras despesas	201
Impostos indiretos	52
Provisões e ajustamentos	37
Amortizações (Nota 11)	161
Custos com benefícios de reforma, líquidos (Nota 6)	1
Outros custos, líquidos	5
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	74
Juros suportados, líquidos (Nota 7)	66
Outros custos financeiros, líquidos (Nota 8)	15
Resultado antes de impostos	(7)
Imposto sobre o rendimento (Nota 9)	(13)
Resultado líquido (antes de interesses não controladores)	6
Resultados atribuíveis a interesses não controladores	3
Prejuízo atribuível a acionistas da Portugal Telecom	2

- (i) Embora as demonstrações financeiras estatutárias da Oi, SA incluam três meses dos resultados da antiga Brasil Telecom (agora Oi, S.A.) e apenas um mês dos resultados da Telemar e da TNL desde 1 de março de 2012 (data a partir da qual estas empresas foram integradas na nova Oi, S.A.), no seguimento da aprovação da Reestruturação Societária em 27 de fevereiro de 2012, a Demonstração dos Resultados para o trimestre findo em 31 de março de 2012 apresentada na tabela acima inclui os resultados de todas as empresas do Grupo Oi desde 1 de janeiro de 2012. Esta Demonstração dos Resultados inclui também os resultados da Contax e dos acionistas controladores. Adicionalmente, as demonstrações financeiras da Oi e da Contax foram ajustadas por forma a cumprir com as políticas, estimativas e critérios contabilísticos adotados pela Portugal Telecom, incluindo o efeito da amortização dos ativos intangíveis reconhecidos no âmbito do processo de alocação do preço de compra.

Conclusão da alocação do preço de compra dos investimentos na Oi e Contax

Conforme referido no Relatório Anual de 2011, no seguimento da identificação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos no âmbito da aquisição dos investimentos na Oi e na Contax, a alocação do preço de compra destas concentrações empresariais registada em 31 de dezembro de 2011 estava sujeita a alterações até ao final do período de um ano desde a data de aquisição, conforme previsto na IFRS 3 Concentrações Empresariais. Durante o primeiro trimestre de 2012, a Portugal Telecom obteve toda a informação necessária para concluir o cálculo final do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos no âmbito destas operações e, em resultado das alterações efetuadas à alocação do preço de compra registada em 31 de dezembro de 2011, a Demonstração Consolidada da Posição Financeira àquela data foi reexpressa, de modo a refletir essas alterações como se as mesmas tivessem sido reconhecidas na data de aquisição. Neste âmbito, a Portugal Telecom concluiu a valorização dos passivos contingentes tendo reconhecido um montante total de 233 milhões de euros correspondente ao justo valor dos passivos contingentes relativamente a obrigações contratuais e a contingências cíveis, laborais e fiscais.

Os impactos da reexpressão acima mencionada na Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2011 são como segue:

	euros		
	Demonstração refletindo a alocação preliminar do preço de compra	Impactos das alterações à alocação preliminar do preço de compra	Demonstração reexpressa refletindo a alocação final do preço de compra
ATIVO			
Ativo corrente	8.433.036.041	-	8.433.036.041
Ativo não corrente			
Ativos intangíveis	5.424.100.459	205.698.458	5.629.798.917
Ativos tangíveis	6.228.622.568	-	6.228.622.568
Ativos por impostos diferidos	1.220.882.009	26.902.031	1.247.784.040
Outros ativos não correntes	1.637.149.875	-	1.637.149.875
Total do ativo não corrente	14.510.754.911	232.600.489	14.743.355.400
Total do ativo	22.943.790.952	232.600.489	23.176.391.441
PASSIVO			
Passivo corrente			
Provisões	282.487.720	29.671.358	312.159.078
Outros passivos correntes	6.529.366.652	-	6.529.366.652
Total do passivo corrente	6.811.854.372	29.671.358	6.841.525.730
Passivo não corrente			
Provisões	579.396.803	49.452.263	628.849.066
Outros passivos não correntes	247.479.376	154.110.204	401.589.580
Outros	11.562.254.308	-	11.562.254.308
Total do passivo não corrente	12.389.130.487	203.562.467	12.592.692.954
Total do passivo	19.200.984.859	233.233.825	19.434.218.684
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital próprio excluindo interesses não contro	2.828.069.784	-	2.828.069.784
Interesses não controladores	914.736.309	(633.336)	914.102.973
Total do capital próprio	3.742.806.093	(633.336)	3.742.172.757
Total do capital próprio e do passivo	22.943.790.952	232.600.489	23.176.391.441

Os impactos da reexpressão discriminados na tabela acima resultaram num aumento do goodwill relativo à aquisição dos investimentos na Oi e na Contax em 206 milhões de euros a 31 de dezembro de 2011, face ao montante total de 846 milhões de euros registado de forma preliminar àquela data e incluído no relatório anual de 2011. Considerando a taxa de câmbio aplicável na data de aquisição, em 28 de março de 2011, o goodwill preliminar de 904 milhões de euros, reportado no relatório anual de 2011, foi aumentado

em 220 milhões de euros para um goodwill final de 1.123 milhões de euros relativo à aquisição dos investimentos na Oi e na Contax pelo montante total de 3.728 milhões de euros.

3. Políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas

- As políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas aplicados na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são consistentes com os aplicados no último relatório anual da Portugal Telecom. As seguintes normas, normas revistas ou interpretações aprovadas pela União Europeia entraram em vigor durante o trimestre findo em 31 de março de 2012, apesar de a sua adoção não ter tido impacto nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom: Alterações ao IAS 24 *Imposto sobre o Rendimento*; e
- Alterações ao IFRS 1 *Adoção pela Primeira Vez das IFRS*.

Em 13 de março 2012, o International Accounting Standards Board ("IASB") emitiu alterações à IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das IFRS que respeitam aos financiamentos obtidos de entidades governamentais a taxas inferiores às praticadas no mercado, dispensando as empresas em processo de adoção pela primeira vez das IFRS da aplicação retrospectiva integral das IFRS na contabilização destes financiamentos na data de transição. Estas alterações, as quais não foram ainda aprovadas pela União Europeia e apenas serão aplicáveis em períodos subsequentes, não são aplicáveis à Portugal Telecom. Com exceção destas alterações, não existem outras novas normas, normas revistas ou alterações emitidas pelo IASB em 2012.

4. Taxas de Câmbio

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os ativos e passivos expressos em Reais Brasileiros foram convertidos para Euros com base nas taxas de câmbio de 2,4323 e 2,4159 Reais Brasileiros em relação ao Euro, respetivamente. Durante os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011, as demonstrações dos resultados de empresas participadas expressas em Reais Brasileiros foram convertidas para Euros com base nas taxas de câmbio médias de 2,3169 e 2,2800 Reais Brasileiros em relação ao Euro, respetivamente.

5. Reporte de segmentos

A identificação dos segmentos operacionais é consistente com os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras anuais em 31 de dezembro de 2011 e são como segue: (i) Telecomunicações em Portugal; e (ii) Telecomunicações no Brasil - Oi. Não existe nenhuma diferença entre os segmentos operacionais e os reportados.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011, as receitas por segmento operacional e respetiva contribuição para as receitas consolidadas foram como segue:

	1T12			1T11		
	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas consolidadas	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas consolidadas
Receitas relativas aos segmentos reportados:						
Telecomunicações em Portugal (i)	680.372.749	(5.177.830)	675.194.919	717.344.777	(4.549.859)	712.794.918
Telecomunicações no Brasil - Oi (ii)	788.440.993	(700.263)	787.740.730	-	-	-
Receitas relativas a outras operações (iii)	391.791.664	(139.042.030)	252.749.634	282.268.669	(123.945.519)	158.323.150
Receitas consolidadas do Grupo			1.715.685.283			871.118.068

- (i) A redução nas receitas das telecomunicações em Portugal no trimestre findo em 31 de março de 2012 (37 milhões de euros) é explicada essencialmente por: (1) menores receitas no segmento de clientes Empresariais (25 milhões de euros), impactadas por pressão ao nível do preço e do consumo, nomeadamente na administração pública, e pela ausência de novos projetos nas empresas de maior dimensão (2) redução das receitas no segmento de cliente Pessoal (18 milhões de euros), em resultado de menores receitas de cliente (13 milhões de euros), que refletem as condições económicas adversas, pressão ao nível do preço e menores receitas de interligação (4 milhões de euros) no seguimento da redução das Tarifas de Terminação Móvel ("MTR's"). Estes efeitos foram parcialmente compensados por um aumento nas receitas do segmento de clientes Residencial (8 milhões de euros), relacionado essencialmente com as receitas de televisão por subscrição e banda larga, as quais estão suportadas no sucesso das ofertas *double* e *triple play* do Meo.
- (ii) Tal como foi mencionado na Nota 2, os resultados da Oi foram consolidados proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011.
- (iii) O aumento do contributo das outras operações para as receitas consolidadas no trimestre findo em 31 de março de 2012 está relacionado essencialmente com (1) o impacto da consolidação proporcional da Contax no primeiro trimestre de 2012 (148 milhões de euros), a qual inclui a Dedic/GPTI desde a sua integração na Contax em 1 de julho de 2011; e (2) a melhoria das receitas da MTC (operador móvel na Namíbia) e da Timor Telecom. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela menor contribuição da Dedic/GPTI (70 milhões de euros), uma vez que este negócio foi consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e posteriormente integrado na Contax.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011, a reconciliação entre o resultado antes de resultados financeiros e impostos dos segmentos operacionais e o resultado líquido do Grupo é como segue:

	1T12	1T11
Resultado antes de resultados financeiros e impostos relativo aos segmentos operacionais:		
Telecomunicações em Portugal (i)	122.769.924	139.237.680
Telecomunicações no Brasil - Oi (ii)	72.921.902	-
Resultado antes de resultados financeiros e impostos relativo a outras operações	3.381.831	2.661.002
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	199.073.657	141.898.682
Ganhos e (custos) financeiros:		
Juros suportados, líquidos (Nota 7)	(107.622.263)	17.317.460
Ganhos em empresas associadas, líquidos (iii)	46.244.340	80.180.563
Outros custos financeiros, líquidos (Nota 8)	(35.238.755)	(41.907.002)
Imposto sobre o rendimento (Nota 9)	(21.578.029)	(47.968.128)
Resultado líquido	80.878.950	149.521.575

- (i) A redução ocorrida nesta rubrica no período de três meses findo em 31 de março de 2012, face ao mesmo período do ano anterior, é essencialmente explicada pela diminuição das receitas de serviço líquidas (receitas de serviços menos custos diretos), a qual mais do que compensou os seguintes efeitos: (1) redução nos custos com fornecimentos e serviços externos explicada pela implementação de uma política de corte nos custos nas operações em Portugal; (2) menores custos de depreciação e amortização (Nota 11); e (3) redução nos custos com o pessoal.
- (ii) Tal como mencionado na Nota 2, os resultados da Oi foram consolidados proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011.
- (iii) No período de três meses findo em 31 de março de 2012, esta rubrica inclui um ganho de 38 milhões de euros relacionado com a conclusão da alienação da participação na UOL, por um montante total de 155,5 milhões de euros (Nota 13.e). Ajustando por este efeito os ganhos em empresas associadas teriam ascendido a 43

milhões de euros e a 46 milhões de euros nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2012 e 2011, respetivamente, refletindo principalmente a melhoria dos resultados da Unitel e da CTM.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011, os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis por segmento operacional e a reconciliação dos mesmos com os investimentos consolidados são como segue (Nota 11):

	euros	
	1T12	1T11
Telecomunicações em Portugal	114.895.528	101.368.116
Telecomunicações no Brasil - Oi	120.583.300	-
Outros negócios	23.417.892	20.837.346
	258.896.720	122.205.462

A variação nos investimentos em ativos tangíveis e intangíveis no período findo em 31 de março de 2012, face ao mesmo período do ano anterior, reflete essencialmente os seguintes efeitos:

- Um aumento nas operações em Portugal direcionado para investimentos em tecnologias de ponta, em particular FTTH, incluindo a cobertura das estações base móveis com fibra e 4G / LTE. Este aumento reflete (1) o crescimento nos investimentos do segmento Residencial, devido ao aumento no investimento de cliente, em resultado do forte crescimento de clientes nos últimos trimestres e também (2) o aumento dos investimentos na capacidade das redes existentes 3G e 3,5G, nomeadamente nas áreas urbanas, e a implementação, em fase inicial, da rede 4G. A PT tem vindo a reforçar a sua capacidade de dados móvel e a sua qualidade de rede, aproveitando a implementação em curso de FTTH para aumentar a qualidade da sua rede móvel e liderar a implementação de 4G no mercado Português.
- A consolidação proporcional dos investimentos em ativos tangíveis e intangíveis no trimestre findo em 31 de março de 2012, os quais tiverem como objectivo (1) melhorar e expandir a cobertura das redes 2G / 3G; (2) a velocidade e a cobertura dos serviços de banda larga, e (3) fortalecer as infraestruturas de telecomunicações; e
- Um aumento dos investimentos em ativos tangíveis e intangíveis nos outros negócios, refletindo essencialmente maiores investimentos em ativos tangíveis e intangíveis na Cabo Verde Telecom (5 milhões de euros), assim como o impacto da consolidação proporcional da Contax no trimestre findo em 31 de março de 2012 que mais do que compensou o investimento em ativos tangíveis e intangíveis na Dedic/GPTI no primeiro trimestre de 2011, negócio consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e integrado na Contax a partir de 1 de julho de 2011.

6. Benefícios de reforma

Em 31 de março de 2012, a Empresa não obteve um estudo atuarial para reconhecer os benefícios de reforma, pelo que os custos registados durante o trimestre findo em 31 de março de 2012 baseiam-se no estudo atuarial de 31 de dezembro 2011, ajustados pelos custos com a redução de efetivos incorridos durante esse período.

Em 31 de março de 2012, as responsabilidades projetadas com benefícios de reforma (PBO) das operações em Portugal que estão relacionadas com complementos de pensões e cuidados de saúde ascendiam a 473 milhões de euros, e o valor de mercado dos ativos dos planos ascendia a 361 milhões de euros, que comparam com 474 milhões de euros e 345 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, respetivamente. Adicionalmente, a Portugal Telecom tinha responsabilidades sob a forma de salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados no montante de 789 milhões de euros em 31 de março de 2012, que compara com 782 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, as quais não estão sujeitas a qualquer requisito legal para efeitos de financiamento. Estes salários são pagos mensalmente e diretamente pela Portugal Telecom aos seus beneficiários, até estes atingirem a idade de reforma. Em 31 de março de 2012, a Portugal Telecom tinha ganhos com serviços passados não reconhecidos relativos a direitos não vencidos no montante de 16 milhões de euros, pelo que as responsabilidades líquidas com benefícios de reforma das operações em Portugal registadas na Demonstração Consolidada da Posição Financeira ascendiam a 917 milhões de euros, que comparam com 939 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011. Adicionalmente, após a aquisição do investimento na Oi, concluída em 28 de março de 2011 (Nota 1), a Portugal Telecom consolidou proporcionalmente as responsabilidades com benefícios de reforma desta empresa, as quais ascendiam a 53 milhões de euros em 31 de março de 2012 e 62 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos nas responsabilidades com benefícios de reforma, líquidas do valor de mercado dos ativos dos planos e dos ganhos com serviços passados não reconhecidos, foram como segue:

	Operações em Portugal				Oi			Total
	Complementos de pensões	Cuidados de saúde	Salários a pré-reformados e empregados suspensos		Pensões	Cuidados de saúde	Sub-total	
				Sub-total				
Saldo em 31 de dezembro de 2010	25.772.632	16.767.576	924.324.397	966.864.605	-	-	-	966.864.605
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	-	-	52.083.050	406.094	52.489.144	52.489.144
Custos (ganhos) com benefícios de reforma do período	(178.821)	(442.732)	7.846.786	7.225.233	-	-	-	7.225.233
Custos com redução de efetivos	-	-	3.727.238	3.727.238	-	-	-	3.727.238
Perdas atuariais, líquidas	2.081.743	14.269.458	-	16.351.201	-	-	-	16.351.201
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(417.097)	5.648.338	(40.670.147)	(35.438.906)	-	-	-	(35.438.906)
Saldo em 31 de março de 2011	27.258.457	36.242.640	895.228.274	958.729.371	52.083.050	406.094	52.489.144	1.011.218.515

	Operações em Portugal				Oi			Total
	Complementos de pensões	Cuidados de saúde	Salários a pré-reformados e empregados suspensos		Pensões	Cuidados de saúde	Sub-total	
				Sub-total				
Saldo em 31 de dezembro de 2011	27.625.872	118.572.052	782.498.256	928.696.180	61.354.018	394.495	61.748.513	990.444.693
Custos (ganhos) com benefícios de reforma do período	(115.258)	1.067.826	6.435.818	7.388.386	1.475.699	10.437	1.486.136	8.874.522
Custos com redução de efetivos	-	-	439.958	439.958	-	-	-	439.958
Perdas (ganhos) atuariais, líquidos	(3.260.075)	(8.750.553)	34.775.396	22.764.768	-	-	-	22.764.768
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(1.417.138)	(5.174.729)	(35.602.240)	(42.194.107)	(10.716.125)	(41)	(10.716.166)	(52.910.273)
Ajustamentos de conversão cambial	-	-	-	-	24.725	(3.153)	21.572	21.572
Saldo em 31 de março de 2012	22.833.401	105.714.596	788.547.188	917.095.185	52.138.317	401.738	52.540.055	969.635.240

Alguns planos de benefícios de reforma que apresentam posições excedentárias, para os quais se pode reconhecer um ativo por ser possível assegurar o reembolso do excesso de financiamento dos mesmos, são apresentados separadamente na Demonstração Consolidada da Posição Financeira dos saldos daqueles planos com posição deficitária. Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o valor líquido das responsabilidades com benefícios de reforma foi reconhecido na Demonstração Consolidada da Posição Financeira como segue:

	euros	
	31 mar 2012	31 dez 2011
Planos de pensões com uma posição deficitária	89.001.105	102.600.825
Salários devidos a pré-reformados e empregados suspensos	788.547.188	782.498.256
Planos de cuidados de saúde com uma posição deficitária	106.116.334	118.966.547
Planos com uma posição deficitária	983.664.627	1.004.065.628
Planos de pensões com uma posição excedentária	(14.029.387)	(13.620.935)
	969.635.240	990.444.693

O detalhe dos custos com benefícios de reforma nos trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011 é como segue:

	euros	
	1T12	1T11
Custos com benefícios de reforma		
Operações em Portugal		
Custo do serviço do período	880.593	881.900
Custo financeiro	11.867.340	13.250.505
Rendimento estimado dos fundos	(4.979.606)	(6.526.583)
Amortização de ganhos com serviços passados	(379.941)	(380.589)
	7.388.386	7.225.233
Custo do serviço relativo às responsabilidades transferidas para o Estado Português (i)	5.910.457	4.820.740
Sub-total	13.298.843	12.045.973
Oi (Nota 2)		
Custo do serviço do período	661.637	-
Custo financeiro	37.651.358	-
Rendimento estimado dos fundos	(65.667.045)	-
Efeito do limite num ativo de benefícios definidos (ii)	28.840.186	-
Sub-total	1.486.136	-
Total de custos com benefícios de reforma	14.784.979	12.045.973
Custos com redução de efetivos		
Custo de curtailment	439.958	3.727.238
Pagamentos por cessação de contratos de trabalho	412.020	675.965
Total de custos de redução de efetivos	851.978	4.403.203

(i) A redução nos custos com benefícios de reforma das operações em Portugal é explicada principalmente pelo impacto da transferência para o Estado Português das responsabilidades regulamentares com pensões, concluída em dezembro de 2010.

(ii) A Oi tem diversos planos que apresentam uma situação excedentária cujos ativos não são registados por não ser possível assegurar o reembolso do excesso de financiamento dos mesmos; consequentemente, de acordo com o previsto na IFRIC 14 *Limite sobre um Ativo de Benefícios Definidos, Requisitos Mínimos de Financiamento e Respetiva Interação*, são reconhecidas perdas para aqueles planos em que não é possível reconhecer um ativo.

O detalhe dos ganhos (perdas) atuariais líquidos reconhecidos na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral nos trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011, os quais dizem respeito às operações em Portugal, é como se segue:

	euros	
	1T12	1T11
Alterações nos pressupostos atuariais (i)	(34.775.396)	-
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais (ii)	12.010.628	(16.351.201)
	(22.764.768)	(16.351.201)

- (i) Esta rubrica corresponde ao impacto estimado da adopção do Dec-Lei 85-A/2012, o qual suspendeu o regime de reforma antecipada durante o período de assistência financeira a Portugal, resultando num aumento dos salários a pagar a empregados suspensos e pré-reformados até à idade da reforma.
- (ii) Os ganhos atuariais líquidos registadas no período de três meses findos em 31 de março de 2012 e as perdas atuariais líquidas registadas no período homólogo do ano anterior correspondem à diferença entre o retorno real (+4,9% e -2,2%, respectivamente) e o esperado (+1,5%) dos ativos do plano.

As saídas líquidas de fluxos de caixa relacionadas com benefícios de reforma nos trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011 são como se segue:

	euros	
	1T12	1T11
Pagamentos de salários a pré-reformados e suspensos	35.602.240	40.670.147
Contribuições para os fundos de pensões (i)	11.816.125	-
Despesas com cuidados de saúde (ii)	5.174.770	(5.648.338)
Pagamentos de benefícios relativos a complementos de pensões	317.138	417.097
	52.910.273	35.438.906
Custo do serviço relativo às responsabilidades transferidas para o Estado Português (iii)	9.003.662	-
Pagamentos por cessação de contratos de trabalho	412.020	675.965
	62.325.955	36.114.871

- (i) Esta rubrica inclui contribuições para os planos de pensões das operações em Portugal e da Oi no montante de 1,1 milhões de euros e 10,7 milhões de euros, respectivamente.
- (ii) No período de três meses findo em 31 de março de 2012, o saldo desta rubrica está líquido de reembolsos relacionados com despesas pagas pela PT Comunicações por conta dos fundos nos montantes de 11 milhões de euros.
- (iii) Esta rubrica corresponde à contribuição paga pela Portugal Telecom à Segurança Social, relacionada com o serviço anual de empregados ativos que tinham direito a benefícios de reforma no âmbito dos planos de benefícios de reforma da Empresa transferidos para o Estado Português em dezembro de 2010.

7. Juros suportados, líquidos

Nos trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição (Nota 5):

	euros	
	1T12	1T11
Juros suportados		
Relacionados com empréstimos obtidos e instrumentos financeiros	196.739.247	86.449.826
Outros	1.446.125	1.347.415
Juros obtidos		
Relacionados com caixa, investimentos de curto prazo e instrumentos financeiros	(89.541.737)	(103.555.001)
Outros	(1.021.372)	(1.559.700)
	107.622.263	(17.317.460)

O aumento dos juros suportados líquidos reflete principalmente o impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores no trimestre findo em 31 de março de 2012, no montante de 66 milhões de euros (Nota 2), cujos resultados foram consolidados proporcionalmente desde 1 de abril de 2011. Ajustando por este efeito, os juros suportados líquidos teriam ascendido a 41 milhões de euros no trimestre findo em 31 de março de 2012, um aumento de 59 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior refletindo (1) os juros obtidos, no montante de 51 milhões de euros, reconhecidos no primeiro trimestre de 2011 relativos aos depósitos em Reais Brasileiros que foram utilizados para pagar o investimento estratégico na Oi em 28 de março de 2011, e (2) o impacto do aumento da dívida líquida média dos negócios em Portugal, a qual foi mais baixa em 2011 uma vez que os fundos para o investimento na Oi e na Contax foram transferidos para o Brasil durante esse trimestre.

8. Outros custos financeiros, líquidos

Nos trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição (Nota 5):

	euros	
	1T12	1T11
Comissões e outros serviços bancários	19.036.952	7.069.366
Perdas (ganhos) com derivados, líquidos	3.965.683	(136.640)
Perdas com variações cambiais, líquidas	3.435.410	15.704.626
Outros, líquidos	8.800.710	19.269.650
	35.238.755	41.907.002

A redução nos outros custos financeiros líquidos, que incluem perdas cambiais líquidas, perdas líquidas em ativos financeiros e outras despesas financeiras líquidas, reflete essencialmente menores perdas cambiais líquidas nas operações em Portugal, devido ao impacto de uma desvalorização mais significativa do dólar face ao euro no primeiro trimestre de 2011 nos ativos denominados em dólares, principalmente os relativos aos dividendos recebidos da Unitel. Adicionalmente, o impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores no primeiro trimestre de 2012, no montante de 15 milhões de euros (Nota 2), foi compensado pelos impostos suportados no Brasil durante o primeiro trimestre de 2011 relacionados com a transferência de fundos para o investimento na Oi (14 milhões de euros).

9. Imposto sobre o rendimento

Na sequência da alteração na legislação fiscal ocorrida em dezembro de 2011, para os anos de 2012 e 2013, a Empresa será tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa base de 25%, que será acrescida de (1) uma Derrama Municipal de até um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável, e (2) uma Derrama Estadual de 3,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1,5 milhões de euros e 10 milhões de euros e de 5,0% aplicável sobre lucro tributável que exceda 10 milhões de euros, resultando numa taxa máxima agregada de aproximadamente 31,5%, que compara com uma taxa de 29,0% aplicada durante o ano de 2011.

As empresas localizadas no Brasil, nomeadamente a Oi e a Contax que foram consolidadas proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, são sujeitas a imposto sobre o rendimento à taxa nominal de 34%.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011, a reconciliação entre as taxas nominal e efetiva de imposto é como segue:

	euros	
	1T12	1T11
Resultado antes de impostos	102.456.979	197.489.703
Taxa nominal de imposto	31,5%	29,0%
	32.273.948	57.272.014
Taxas de imposto diferenciadas (i)	(3.946.526)	291.239
Incentivos fiscais obtidos pela Oi	(4.367.360)	-
Diferenças permanentes (ii)	(3.066.814)	(6.974.885)
Provisões para contingências fiscais relativas a imposto sobre o rendimento	686.987	(2.942.951)
Excesso de estimativa para impostos de exercícios anteriores	(2.206)	322.711
	21.578.029	47.968.128
Imposto sobre o rendimento		
Imposto corrente	54.182.787	34.910.816
Imposto diferido	(32.604.758)	13.057.312
	21.578.029	47.968.128

- (i) Esta rubrica corresponde ao impacto da diferença entre a taxa de imposto aplicável em Portugal e outras taxas de imposto aplicáveis a outras empresas do Grupo. A variação nesta rubrica reflecte essencialmente o impacto do ganho de imposto resultante da maior diferença entre as taxas de imposto aplicáveis às empresas do Grupo localizadas fora do território Português e da nova taxa máxima agregada aplicável em Portugal (31,5%).
- (ii) A redução nesta rubrica é explicada essencialmente por um aumento de juros obtidos não tributáveis e pelo reconhecimento de ganhos em empresas associadas no primeiro trimestre de 2011, basicamente relativos ao recebimento do valor da Telefonica no âmbito da alienação da Vivo e ao ganho com a alienação do investimento financeiro na UOL, respectivamente, que mais do que compensaram o impacto da consolidação proporcional da Oi e as suas diferenças permanentes.

A redução no imposto sobre o rendimento consolidado de 48 milhões de euros no período findo em 31 de março de 2011 para 22 milhões de euros no período findo em 31 de março de 2012, reflecte principalmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no primeiro trimestre de 2012 que representa um ganho de imposto sobre o rendimento de 13 milhões de euros (Nota 2), e o efeito que resulta da redução do resultado antes de impostos nos negócios em Portugal.

O aumento nos ativos por impostos diferidos reconhecidos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira, de 1.248 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 para 1.258 milhões de euros em 31 de março de 2012, é explicado essencialmente por (1) um aumento dos prejuízos fiscais reportáveis da Oi gerados no período (20 milhões de euros), e (2) um aumento nos ativos por impostos diferidos relacionados com responsabilidades com benefícios de reforma das operações em Portugal em resultado do efeito fiscal sobre as perdas atuariais líquidas registadas no trimestre findo em 31 de março de 2012, o qual ascendeu a um ganho de 6 milhões de euros e foi reconhecido na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela redução nos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais reportáveis das operações em Portugal, em resultado do lucro fiscal apurado no período.

A redução nos passivos por impostos diferidos reconhecidos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira, de 1.052 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 para 1.031 milhões de euros em 31 de março de 2012, é explicada essencialmente por uma diminuição na Oi (16 milhões de euros) que diz respeito principalmente ao efeito fiscal dos ajustamentos a valor de mercado reconhecidos no âmbito de processos de alocação do preço de compra, relacionados com a aquisição pela Portugal Telecom dos investimentos na Oi e na Contax, finalizada em março de 2011, e com outras concentrações empresariais ocorridas em anos anteriores no Grupo Oi.

10. Resultados por ação e dividendos

Os resultados por ação para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2012 e 2011 foram calculados como segue:

		euros	
		1T12	1T11
Resultado líquido atribuível a acionistas da Portugal Telecom	(1)	56.464.257	129.728.987
Juros das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	(2)	7.408.999	7.158.191
Resultado líquido considerado para efeitos do cálculo do resultado líquido por ação	(3)	63.873.256	136.887.178
Número médio de ações ordinárias em circulação no período (i)	(4)	860.014.731	875.872.500
Efeito das obrigações convertíveis (ii)		79.787.234	67.811.935
	(5)	939.801.965	943.684.435
Resultado líquido por ação atribuível a acionistas da Portugal Telecom			
Básico	(1)/(4)	0,07	0,15
Diluído	(3)/(5)	0,07	0,15

(i) O número médio de ações em circulação foi calculado considerando as 896.512.500 ações emitidas, ajustadas (1) por 20.640.000 ações detidas através de contratos de *equity swap*, situação aplicável para todos os períodos apresentados, e (2) pela participação da Empresa nas 64.557.566 ações da Portugal Telecom adquiridas pela Telemar Norte Leste em 2011, no âmbito da parceria estratégica celebrada entre a Portugal Telecom e a Oi, aplicável desde 31 de março de 2011.

(ii) A alteração nesta rubrica diz respeito aos ajustamentos ao preço de conversão das obrigações convertíveis em resultado dos dividendos pagos em junho de 2011.

Na Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom de 6 de maio de 2011, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por ação de 1,30 euros, o qual foi pago em 3 de junho de 2011. Este montante inclui 65 cêntimos por ação correspondentes ao dividendo ordinário relativo ao exercício de 2010 e 65 cêntimos relativos ao dividendo extraordinário de 1,65 euros proposto pela Portugal Telecom no seguimento da venda da Brasilcel, dos quais 1 euro por ação já tinha sido pago em dezembro de 2010. Consequentemente, no segundo trimestre de 2011, a Portugal Telecom pagou um montante total de 1.117.987.321 euros.

No Conselho de Administração da Portugal Telecom de 15 de dezembro de 2011, foi aprovado o pagamento aos acionistas de um adiantamento sobre os lucros de 2011 no montante de 184.799.868 euros, equivalente a um dividendo de 21,5 cêntimos por ação, reconhecido na Demonstração da Posição Financeira na rubrica "Outros passivos correntes" e pago em 4 de janeiro de 2012.

Na Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom de 27 de abril de 2012, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por ação de 65 cêntimos, dos quais 21,5 cêntimos por ação, já tinha sido pago em 4 de janeiro de 2012 como um adiantamento sobre os lucros de 2011, conforme mencionado anteriormente; os restantes 43,5 cêntimos por ação serão pagos em 25 de maio de 2012.

Os montantes acima mencionados, correspondem ao dividendo unitário pago considerando as 896.512.500 ações emitidas, ajustadas por ações próprias reconhecidas na Demonstração da Posição Financeira, incluindo 20.640.000 ações detidas através de contratos de *equity swap* e pela participação da Portugal Telecom (25,31% antes da Reorganização Societária mencionada na Nota 1 e 23,25% posteriormente) nas suas 64.557.566 ações adquiridas pela Telemar.

11. Ativos tangíveis e intangíveis

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os saldos dos ativos tangíveis e intangíveis eram como segue:

	euros	
	31 mar 2012	31 dez 2011
Ativos tangíveis	6.181.514.307	6.228.622.568
Ativos intangíveis		
Licenças e outros direitos	3.959.457.445	4.024.985.120
Goodwill	1.490.854.167	1.503.189.189
Outros ativos intangíveis	93.253.126	101.624.608
	5.543.564.738	5.629.798.917
	11.725.079.045	11.858.421.485

As alterações ocorridas nos ativos tangíveis e intangíveis são essencialmente explicadas por:

- Investimentos em ativos tangíveis e intangíveis no montante de 259 milhões de euros (Nota 5);
- Custos com amortizações e depreciações de 347 milhões de euros; e
- Ajustamentos de conversão cambial negativos no montante de 49 milhões de euros, relacionados essencialmente com o impacto da depreciação do Real Brasileiro face ao euro.

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011, os custos com amortizações e os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis consolidados foram como segue:

	euros	
	1T12	1T11
Amortizações		
Ativos tangíveis	232.648.779	169.269.235
Ativos intangíveis	114.079.551	27.090.732
	346.728.330	196.359.967
Investimentos em ativos tangíveis e intangíveis (Nota 5)		
Ativos tangíveis	239.352.572	105.330.027
Ativos intangíveis	19.544.148	16.875.435
	258.896.720	122.205.462

O aumento nos custos com amortizações no primeiro trimestre de 2012, em comparação com o período homólogo do ano anterior, reflete essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no primeiro trimestre de 2012, no montante de 161 milhões de euros (Nota 2), parcialmente compensado pelo impacto da consolidação integral da Dedic/GPTI no primeiro trimestre de 2011, uma vez que este negócio foi integrado na Contax em 1 de julho de 2011. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, os custos com amortizações teriam diminuído 3,3% para 186 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, em resultado de uma menor contribuição do segmento de telecomunicações em Portugal (8 milhões de euros), explicada fundamentalmente por (1) o apuramento em dezembro de 2011 do novo valor reavaliado dos ativos tangíveis registados de acordo com o modelo de revalorização, o qual gerou uma redução nas amortizações destes ativos, e (2) a troca dos equipamentos 2G da TMN por equipamentos preparados para a tecnologia LTE (4G), no seguimento da qual a Portugal Telecom acelerou a amortização dos equipamentos 2G no primeiro semestre de 2011 até 30 de junho de 2011, efeitos que mais do que compensaram (3) o impacto relacionado com o desenvolvimento da rede FTTH e o crescimento do negócio de televisão por subscrição.

Em 31 de março de 2012, excluindo o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax, o Grupo tinha assumido compromissos de compra de ativos fixos e existências nos montantes de 54 milhões de euros e 79 milhões de euros, respetivamente.

12. Dívida

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a dívida bruta da Portugal Telecom ascendia, respetivamente, a 11.133.132.102 euros e 12.280.958.636 euros e tinha a seguinte composição:

	31 mar 2012		31 dez 2011	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos por obrigações convertíveis	-	725.714.374	-	723.363.242
Empréstimos por obrigações não convertíveis	138.959.508	5.631.263.407	1.562.012.437	5.307.954.540
Empréstimos bancários				
Empréstimos externos	510.105.006	2.817.543.577	563.455.908	2.808.877.947
Empréstimos internos	481.986	-	355.699	-
Passivo relativo a equity swaps sobre ações próprias	93.767.519	-	93.767.521	-
Papel comercial	559.000.000	-	554.000.000	-
Locação financeira	26.346.603	32.218.895	26.979.404	35.609.152
Instrumentos financeiros derivados	13.171.124	(10.168.568)	(2.206.840)	(4.185.879)
Outros financiamentos	476.556.975	118.171.696	493.194.176	117.781.329
	1.818.388.721	9.314.743.381	3.291.558.305	8.989.400.331

O aumento da dívida bruta em 1.148 milhões de euros durante o trimestre findo em 31 de março de 2012 está relacionado essencialmente com os seguintes efeitos:

- O reembolso do *Eurobond* de 1.300 milhões de euros emitido pela PT Finance em março de 2005; e
- Um aumento da dívida bruta da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores (212 milhões de euros), de 3.882 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 para 4.094 milhões de euros em 31 de março de 2012, refletindo essencialmente: (1) *senior notes* no montante de 1.500 milhões de Dólares Americanos emitidos pela Oi, S.A. em fevereiro de 2012, equivalente a 2.589 milhões de Reais Brasileiros (286 milhões de euros consolidados proporcionalmente), os quais têm maturidade em fevereiro de 2022; (2) debentures no montante de 2.000 milhões de Reais Brasileiros emitidas pela Oi, S.A. em março de 2012 (221 milhões de euros consolidados proporcionalmente), incluindo 400 milhões de Reais Brasileiros com uma maturidade de 5 anos e a vencer juros à taxa do CDI mais um *spread* de 0,94% e 1.600 milhões de Reais Brasileiros com uma maturidade média de 7,5 anos e a vencer juros à taxa do IPCA mais um *spread* de 6,20%; (3) o reembolso de debentures no montante de 1.500 milhões de Reais Brasileiros emitidas pela TNL em maio de 2011 (166 milhões de euros consolidados proporcionalmente); e (4) reembolsos de diversos outros financiamentos celebrados em anos anteriores pelo Grupo Oi, de acordo com os planos de reembolso estabelecidos.

Com exceção do acima referido, durante o trimestre findo em 31 de março de 2012, a Portugal Telecom (a) não emitiu novos empréstimos obrigacionistas ou obrigações convertíveis, (b) não amortizou os que se encontravam em dívida em 31 de dezembro de 2011 e (c) não contratou novas linhas de crédito nem emitiu obrigações de taxa variável relevantes. Adicionalmente, os reembolsos dos empréstimos bancários e da dívida foram efetuados em linha com a maturidade divulgada no último relatório anual.

Excluindo a consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores, a posição de liquidez, incluindo montantes não utilizados no âmbito de programas de papel comercial com tomada firme (200 milhões de euros) e linhas de crédito (840 milhões de euros) acrescido das disponibilidades (2.367 milhões de euros), totalizou um montante de 3.407 milhões de euros.

No seguimento da revisão do rating de crédito soberano de Portugal para BB, a Standard & Poors anunciou a revisão do rating de crédito atribuído à Portugal Telecom, diminuindo o rating de longo prazo de BBB- para BB+, com *outlook* negativo, e o rating de curto prazo de A-3 para B. Em 13 de abril de 2012, a Moody's reviu o rating de crédito atribuído à Portugal Telecom, diminuindo o rating de longo prazo de Ba1 para Ba2, com *outlook* negativo.

13. Demonstração dos fluxos de caixa

- (a) **Fluxos de caixa das atividades operacionais** - No seguimento da aquisição dos investimentos na Oi e na Contax, concluída em 28 de março de 2011, a Demonstração dos Fluxos de Caixa da Portugal Telecom para o trimestre findo em 31 de março de 2012 inclui a consolidação proporcional dos fluxos de caixa dessas entidades controladas conjuntamente, o que explica o aumento dos recebimentos de clientes, dos pagamentos a fornecedores e a empregados, e dos pagamentos de impostos indiretos.
- (b) **Pagamentos relacionados com imposto sobre o rendimento** – A redução nesta rubrica é explicada essencialmente por: (1) impostos retidos na fonte pagos pela Bratel Brasil e pela PT Móveis no primeiro trimestre de 2011 (20 milhões de euros), em resultado dos juros obtidos com as aplicações financeiras realizadas com a alienação da Vivo, e (2) menores pagamentos nas operações em Portugal (11 milhões de euros) refletindo essencialmente um recebimento no primeiro trimestre de 2012 relativo a um benefício fiscal. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no primeiro trimestre de 2012 (24 milhões de euros).
- (c) **Pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros** - Esta rubrica inclui essencialmente pagamentos relacionados com despesas registadas na Demonstração Consolidada de Resultados na rubrica “Impostos indiretos” (Nota 13), e ainda pagamentos de Imposto sobre o Valor Acrescentado em Portugal. O aumento nesta rubrica de 173 milhões de euros reflete essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no primeiro trimestre de 2012 (188 milhões de euros).
- (d) **Aplicações financeiras de curto prazo** - Estas rubricas incluem essencialmente pagamentos em numerário decorrentes de novas aplicações de tesouraria de curto prazo e recebimentos de aplicações de tesouraria de curto prazo vencidas. Os recebimentos líquidos ascenderam a 4.381.216 euros no período dos três meses findo em 31 de março de 2012, em comparação com 95.016.406 euros no período dos três meses findo em 31 de março de 2011.
- (e) **Recebimentos relativos a investimentos financeiros** – No trimestre findo em 31 de março de 2012, esta rubrica inclui essencialmente o montante de 155,5 milhões de euros recebido no âmbito da alienação do investimento na UOL (Nota 5).
- (f) **Recebimentos (pagamentos) respeitantes a juros e proveitos (custos) similares** – Os pagamentos respeitantes a juros e custos similares líquidos dos recebimentos provenientes de juros e proveitos similares ascenderam a 120.923.971 euros e 8.264.588 euros nos trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011, respetivamente. Este aumento está relacionado essencialmente com o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no primeiro trimestre de 2012 e com os juros recebidos durante o primeiro trimestre de 2011 nas aplicações financeiras constituídas com os fundos provenientes da alienação do investimento na Vivo.
- (g) **Recebimentos de dividendos** – Durante os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011, os recebimentos provenientes de dividendos são como segue:

	euros	
	1T12	1T11
CTM	24.503.286	19.924.726
Unitel (i)	-	76.827.395
	24.503.286	96.752.121

(i) Esta rubrica corresponde a uma parcela dos dividendos de 2009 que foi liquidada durante o primeiro trimestre de 2011.

- (h) **Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros** – Esta rubrica respeita essencialmente à aquisição dos investimentos na Oi e na Contax concluída em 28 de março de 2011 e o seu detalhe é conforma segue:

	euros	
	1T12	1T11
Aquisição dos investimentos na Oi e na Contax		
Preço de aquisição	-	3.727.568.622
Caixa e equivalentes em 31 de março de 2011	-	(1.503.868.462)
Outras	53.075	62.498
	53.075	2.223.762.658

(i) **Pagamentos respeitantes à aquisição de ativos tangíveis e intangíveis** – O aumento de 318 milhões de euros nesta rubrica reflete essencialmente (1) o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no primeiro trimestre de 2012 (146 milhões de euros), um pagamento à Anacom no âmbito da licença LTE (4G) adquirida pela TMN em dezembro de 2011, e (3) o aumento dos pagamentos efetuados pelas operações em Portugal relativos à aquisição de ativos tangíveis.

(j) **Empréstimos** - Estas rubricas incluem essencialmente a renovação regular de papel comercial e outros empréstimos bancários.

No trimestre findo em 31 de março de 2012, os reembolsos de empréstimos obtidos, líquidos dos recebimentos de novos empréstimos obtidos, ascenderam a 1.128.948.031 euros e, conforme explicado na Nota 12, refletem essencialmente (1) o reembolso do *Eurobond* de 1.300 milhões de euros emitido pela PT Finance em março de 2005, (2) o reembolso de debentures no montante de 1.500 milhões de Reais Brasileiros emitidas pela TNL em maio de 2011 (166 milhões de euros consolidados proporcionalmente, e (3) reembolsos de diversos outros financiamentos celebrados em anos anteriores pelo Grupo Oi, de acordo com os planos de reembolso estabelecidos. Estes efeitos foram parcialmente compensados por *senior notes* e debentures emitidos pela Oi, S.A. no total de 4.589 milhões de Reais Brasileiros (507 milhões de euros consolidados proporcionalmente).

No trimestre findo em 31 de março de 2011, os recebimentos de novos empréstimos obtidos, líquidos dos reembolsos de empréstimos obtidos, ascenderam a 976.519.874 euros e respeitam essencialmente ao *Eurobond* de 600 milhões de euros emitido em janeiro de 2011 e ao aumento do montante em dívida no âmbito dos programas de papel comercial.

(k) **Dividendos pagos** – No trimestre findo em 31 de março de 2012, esta rubrica inclui essencialmente (1) os dividendos pagos pela Portugal Telecom em 4 de janeiro de 2012 aos seus acionistas, no montante de 184.799.868 euros (Nota 10), correspondentes a um adiantamento sobre os lucros de 2011, e (2) dividendos pagos pelo Grupo Oi a acionistas não controladores, no montante de 4 milhões de euros.

(l) **Outras atividades de investimento** – Esta rubrica inclui essencialmente pagamentos respeitantes à liquidação de derivados de taxa de câmbio pela Oi, no montante de 19 milhões de euros, e pagamentos a acionistas não controladores da Africatel, no montante de 13 milhões de euros, relacionados com reduções de capital realizadas por essa empresa.

14. Partes relacionadas

a) Empresas associadas e conjuntamente controladas

Os saldos em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 e as transações ocorridas durante os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011 entre a Portugal Telecom e as empresas associadas e controladas conjuntamente são como segue:

Empresa	euros					
	Contas a receber		Contas a pagar		Empréstimos concedidos	
	31 mar 2012	31 dez 2011	31 mar 2012	31 dez 2011	31 mar 2012	31 dez 2011
Oi	2.516.694	2.091.400	-	-	-	-
Outras empresas internacionais:						
Unitel (i)	134.644.537	134.700.312	11.520.841	7.782.994	-	-
Multitel	6.063.025	6.572.238	115.684	56.493	925.266	899.967
CTM	141.723	267.296	76.567	126.389	-	-
Other	902.802	927.814	-	26.760	-	-
Empresas nacionais:						
Páginas Amarelas	3.573.457	4.117.229	10.835.624	11.012.396	-	-
PT-ACS	4.093.717	4.606.221	1.891.506	2.217.668	-	-
Fundação PT	880.293	263.520	31	21	-	-
Sportinveste Multimédia	87.182	63.327	420.397	535.574	32.618.668	32.618.668
Siresp	43.642	8.412	-	-	4.423.980	4.423.980
Outras	137.430	149.741	417.106	521.316	304.785	3.333.674
	153.084.502	153.767.510	25.277.756	22.279.611	38.272.699	41.276.289

(i) As contas a receber da Unitel em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro 2012 incluem essencialmente dividendos atribuídos.

Empresa	euros					
	Custos		Receitas		Juros cobrados	
	1T12	1T11	1T12	1T11	1T12	1T11
Oi (i)	512.621	-	18.581.571	-	-	-
Outras empresas internacionais:						
Unitel	2.067.731	3.723.495	3.904.110	3.412.112	-	-
Multitel	171.528	8.666	748.613	292.759	-	-
CTM	9.368	27.671	51.725	64.388	-	-
Other	611	86.899	54.281	44.593	-	-
Empresas nacionais:						
Páginas Amarelas (ii)	7.718.796	10.107.553	460.349	631.563	-	-
PT-ACS	3.681.370	1.808.865	437.575	597.569	-	-
Sportinveste Multimédia	281.502	112.692	35.252	43.950	17.360	18.706
Siresp	47.707	11.618	3.507.331	3.621.761	35.177	30.487
Outras	132.309	163.867	933.331	1.021.736	-	-
	14.623.543	16.051.326	28.714.138	9.730.431	52.537	49.193

(i) Esta rubrica refere-se essencialmente a transações celebradas entre a Contax e a Oi e corresponde aos montantes decorrentes da diferença entre as percentagens de consolidação da Contax (44,4%) e da Oi (25,6%), a qual não é eliminada no processo de consolidação.

(ii) A redução nos custos com as Páginas Amarelas está relacionada basicamente com o declínio do negócio das listas telefónicas.

Os termos dos acordos comerciais celebrados com as empresas supra mencionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As atividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais incluem essencialmente:

- Custos suportados pela PT Comunicações relacionados com os serviços prestados pela empresa Páginas Amarelas no âmbito do contrato existente entre estas duas empresas, ao abrigo do qual a empresa Páginas Amarelas é responsável por produzir, publicar e distribuir as listas telefónicas da PT Comunicações, e também por vender espaço publicitário nas listas telefónicas;
- Empréstimos concedidos à Sportinveste Multimédia no âmbito do acordo de acionistas desta participada, de modo a financiar a sua atividade;
- Acordos de *roaming* celebrados com a Unitel; e
- Serviços de *call centre* prestados pela Contax à Oi.

b) Acionistas

Alguns dos principais acionistas da Portugal Telecom são instituições financeiras com as quais são estabelecidos acordos comerciais no normal curso da atividade, incluindo depósitos bancários e investimentos de curto prazo efetuados pela Empresa nessas instituições financeiras, bem como a prestação de serviços de telecomunicações pela Empresa a essas entidades. Adicionalmente, a Visabeira (empresa que presta serviços ao negócio de rede fixa) e a Controlinveste (empresa de media) também são acionistas da Portugal Telecom. As transações ocorridas no primeiro trimestre de 2012 e os saldos em 31 de março de 2012 com os principais acionistas da Portugal Telecom são como segue (incluindo IVA):

Empresa	euros			
	Receitas e ganhos (i)	Custos e perdas (i)	Contas a receber	Contas a pagar
Caixa Geral de Depósitos	11.923.475	2.795.126	4.167.605	279.434
BES	34.678.898	9.410.795	3.241.753	-
Visabeira	1.915.362	26.953.237	12.402.136	7.218.667
Controlinveste	501.316	13.950.627	307.385	10.175.202
Ongoing	354.819	838.270	602.619	643.724
Barclays	149.609	4.441.724	59.364	-
UBS	9	-	251	-
	49.523.488	58.389.779	20.781.113	18.317.027

(i) As receitas e ganhos incluem vendas e serviços prestados pela Portugal Telecom e juros recebidos sobre depósitos bancários, enquanto os custos e perdas incluem fornecimentos e serviços externos prestados à Portugal Telecom e juros pagos em contratos de financiamento e *equity swaps*.

Os termos e condições dos acordos comerciais celebrados entre a Portugal Telecom e os seus acionistas são similares aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As atividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais respeitam essencialmente à prestação de serviços de consultoria financeira e seguros por parte das instituições financeiras mencionadas acima.

Os fundos de pensões e cuidados de saúde em Portugal, os quais foram constituídos para cobrir as responsabilidades com benefícios de reforma em Portugal (Nota 6), são geridos de acordo com uma política de investimentos definida pela Portugal Telecom. As carteiras de ativos dos fundos incluem ações, obrigações e outros investimentos dos nossos acionistas. Em 31 de março de 2012, a exposição total desses investimentos ao BES, Ongoing e Portugal Telecom ascendia a 42 milhões de euros, 79 milhões de euros e 64 milhões de euros, respectivamente.

c) Outros

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011, as remunerações fixas dos administradores, as quais foram estabelecidas pela Comissão de Vencimentos, ascenderam a 1,12 milhões de euros e 0,96 milhões de euros, respetivamente, um aumento explicado essencialmente pela alteração na composição da Comissão Executiva de 5 para 7 membros em abril de 2011.

Nos termos da política de remunerações estabelecida pela Comissão de Vencimentos, os administradores executivos têm direito a auferir (i) uma remuneração variável anual ("RVA") relacionada com a sua performance no ano, a qual é paga no ano seguinte, com exceção da parcela excedente a 50% da remuneração variável total atribuída no ano, cujo pagamento é diferido por um período de 3 anos, e (ii) uma remuneração variável associada ao desempenho de médio prazo ("RVMP"), cujo pagamento é diferido por um período de 3 anos. Nos trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011, não ocorreram pagamentos relativos a RVA e RVMP. Anualmente, a Portugal Telecom especializa o custo correspondente aos encargos relativos a estas remunerações variáveis.

Adicionalmente, no âmbito da parceria estratégica celebrada com a Oi e a Contax, seis dos administradores da Portugal Telecom desempenham funções executivas nestas empresas (entidades controladas conjuntamente pela Empresa), tendo recebido no trimestre findo em 31 de março de 2011 uma compensação fixa total no montante de 0,51 milhões de Reais Brasileiros (0,22 milhões de euros), a qual foi estabelecida pelos órgãos empresariais competentes para o efeito, de acordo com a legislação local.

Em complemento da política de remuneração acima referidas, os administradores executivos têm direito a um conjunto de benefícios que são utilizados essencialmente no exercício das suas funções diárias, em linha com uma política transversal ao Grupo Portugal Telecom. Em 31 de março de 2012, nenhum membro do Conselho de Administração tinha direito a benefícios de reforma ao abrigo dos planos da PT Comunicações, e não estava em vigor qualquer programa de pagamentos com base em ações nem qualquer programa de compensação por término de serviço.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011, as remunerações fixas dos dirigentes do Grupo Portugal Telecom ascenderam a 1,1 milhões de euros e 1,2 milhões de euros, respetivamente.

15. Eventos subsequentes

Em 9 de abril de 2012, no âmbito da Reorganização Societária do Grupo Oi (Nota 1), a Oi, S.A. pagou um montante total de 2,0 mil milhões de Reais Brasileiros relativamente ao exercício dos direitos de recesso pelos acionistas com direito a tal. Na mesma data, a Oi, S.A. pagou 762 milhões de Reais Brasileiros aos seus antigos acionistas não controladores antes das fusões realizadas no âmbito da Reorganização Societária, relativamente à bonificação em ações resgatáveis aprovada em 2011.

Em 13 de abril de 2012, a Moody's reviu o *rating* de crédito atribuído à Portugal Telecom, diminuindo o *rating* de longo prazo de Ba1 para Ba2, com *outlook* negativo.

Em 17 de abril de 2012, a Oi anunciou a sua política de dividendos para o período 2012-2015 (exercícios fiscais de 2011-2014), a qual consiste no pagamento de um dividendo de 2,0 mil milhões de reais em relação a cada um dos anos fiscais de 2011 a 2014. A política de dividendos inclui ainda o pagamento de um dividendo intercalar de 50% do dividendo total em cada ano. O primeiro dividendo intercalar será pago em agosto de 2012. Esta política de dividendos está sujeita às condições de mercado, à estabilidade financeira da Oi e ao ambiente regulatório e legal aplicável. A política de dividendos está ainda condicionada à observação de um rácio de dívida líquida para EBITDA máximo de 3,0x, incluindo o dividendo a ser pago para efeitos deste cálculo. De acordo com esta política de dividendos, a Portugal Telecom recebeu 311 milhões de Reais Brasileiros (aproximadamente 123 milhões de euros) relativos à sua posição direta na Oi S.A. (posição acionista de 15,5%) e espera receber no segundo semestre de 2012 um montante adicional 155 milhões de Reais Brasileiros (aproximadamente 61 milhões de euros) relativamente ao pagamento do dividendo intercalar do exercício fiscal de 2012.

Glossário

ADR	American Depositary Receipt. Título que está cotado na NYSE em representação de acções de empresas não americanas. 1 ADR da PT = 1 acção da PT.
ADSL	Asymmetric Digital Subscriber Lines. Tecnologia que permite a transmissão de dados a uma maior velocidade (banda larga) sobre os telefones fixos tradicionais.
ARPU	Average Revenue per User. Receita média por cliente. Média mensal das receitas de serviço por número médio de utilizadores no período.
Capex	Capital expenditure. Investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo.
Cash flow	A diferença entre os cash inflows e os cash outflows num determinado período.
Cash flow operacional	Cash flow operacional = EBITDA - capex +/- alteração do fundo de maneo +/- provisões não monetárias.
Curtailment costs	Custos decorrentes do programa de redução de efectivos.
CCPU	Cash Cost Per User. Custo médio por cliente. CCPU = média mensal dos custos operacionais menos provisões e ajustamentos, amortizações, e custo das vendas de terminais, por número médio de utilizadores no período.
CDMA	Code Division Multiple Access. Tecnologia de interface para redes móveis baseadas na difusão do espectro do sinal de rádio e divisão de canais no domínio dos códigos.
CRM	Customer Relationship Management. Gestão do relacionamento com os clientes.
Custos de curtailment	Custos decorrentes do programa de redução de efectivos.
Dívida líquida	Dívida líquida = Dívida de curto prazo + dívida de médio e longo prazo - Disponibilidades e títulos negociáveis.
EBITDA	Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation. Resultados operacionais antes de amortizações. EBITDA = resultado operacional + amortizações+ custos com benefícios de reforma.
Empresas	Segmento operacional que inclui todas as grandes, pequenas e médias empresas que subscrevem produtos e serviços da rede fixa e da rede móvel. Os valores não incluem eliminações intragrupo.
Euronext ou Euronext Lisbon	Bolsa de valores de Lisboa, mercado onde as acções da PT estão cotadas e são transaccionadas.

Glossário

Free cash flow	Free cash flow = cash flow operacional +/- aquisições/vendas de investimentos financeiros +/- juros líquidos pagos - pagamentos relativos a responsabilidades de benefícios de reforma - pagamentos relativos a imposto sobre o rendimento +/- dividendos pagos/recebidos +/- outros movimentos de caixa.
FTTH	Rede de fibra óptica.
Gearing	Gearing = dívida líquida / (dívida líquida + capital próprio).
GSM	Global System for Mobile. Rede de rádio digital, internacionalmente estandardizada, que permite a transmissão de voz e de dados.
HDTV	High Definition Television. Transmissão do sinal de televisão com uma resolução maior do que os formatos tradicionais.
IAS/IFRS	International Accounting Standards. Normas Internacionais de Contabilidade / International Financial Reporting Standards. Novo normativo contabilístico emanado pelo International Accounting Standards Board, que foi adoptado a partir de 1 de Janeiro de 2005.
IP	Internet Protocol. Standard que especifica o formato exacto dos pacotes de dados transmitidos através da rede Internet.
IPTV	Internet Protocol Television. Serviço de televisão digital disponibilizado na linha telefónica, através de uma conexão de banda larga.
ISP	Internet Service Provider. Empresa que fornece o acesso à Internet.
Margem EBITDA	Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais.
MMS	Multimedia Message Service. Tecnologia que permite a transmissão de dados nos telemóveis, nomeadamente textos, toques, imagens, fotos e vídeo.
MOU	Minutes of Usage. Média mensal em minutos de tráfego de saída e de entrada por número médio de utilizadores no período.
NGAN	Next generation access network. Redes de acesso de nova geração.
NYSE	New York Stock Exchange. Bolsa de Valores de Nova Iorque.
Oferta triple-play	Oferta integrada de serviços de voz, televisão e Internet.
PRB	Post Retirement Benefits Costs. Custos com Benefícios de Reforma
PSTN	Public Switched Telephone Network. Sistema de telefone tradicional instalado sobre linhas de cobre.

Glossário

Resultados líquidos por acção diluídos	Resultados líquidos por acção calculado considerando o resultado líquido excluindo os custos relativos às obrigações convertíveis, dividido pelo número de acções diluídas.
RGU de retalho por acesso	Acessos de retalho por acesso por acessos PSTN/RDIS.
SARC	Subscriber Acquisition and Retention Cost. Custos com aquisição e retenção de clients. $SARC = (70\% \text{ dos custos de marketing e publicidade} + \text{comissões} + \text{subsídios}) / (\text{adições brutas} + \text{upgrades})$.
SMS	Short Message Service. Serviço de mensagens curtas de texto para telemóveis, que permite o envio e recebimento de mensagens alfanuméricas.
Oferta Triple-play	Oferta integrada de serviços de voz, televisão e Internet.
Pessoal	Segmento de cliente que inclui todos os clientes consumidores que subscrevem produtos e serviços da rede móvel, numa base individual. Os valores não incluem eliminações intragrupo.
Planos Tribais	Tarifa plana pré-paga com tráfego ilimitado entre subscritores com o mesmo plano tarifário.
Receitas não voz como % das receitas	Percentagem das receitas de serviço de retalho relacionadas com serviços de dados, vídeo e outros serviços que não voz.
Residencial	Segmento de cliente que inclui todos os clientes consumidores que subscrevem produtos e serviços da rede fixa em casa, numa base individual. Os valores não incluem eliminações intragrupo.
VoD	Video-on-demand. Sistema que permite aos utilizadores a selecção e o visionamento de vídeos.
Wholesale, outros e eliminações	Segmento de cliente que inclui o negócio de wholesale para a rede fixa e rede móvel, os outros negócios (ex: listas telefónicas) e todas as eliminações intragrupo relacionadas com os negócios de telecomunicações em Portugal.
3G	3Generation. Terceira geração é um termo genérico que cobre várias tecnologias para redes móveis (UMTS, W-CDMA e EDGE), as quais integram serviços de multimédia, permitindo a transmissão de dados a uma velocidade superior à tecnologia GSM.